



Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e quinze, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Catarina Maria Pinheiro Pereira, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Nuno Miguel Batista Lopes e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Maria Júlia Rodrigues Fernandes de Oliveira Alves da Silva, Paulo Rui dos Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho de Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: André Valente Martins, Manuel Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino em substituição de João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1) e Luis Filipe Alexandre Rodrigues.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedido de substituição, João Afonso Almeida Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Eduardo Jaime dos Santos Florindo e Nuno Filipe Cação Marques, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentou pedido de substituição, Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedido de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado e Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedido de substituição, Henrique João da Costa Guerreiro, Albérico Afonso Costa Alho e João Pedro Oliveira Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Esmeralda Costa Marques, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, José Manuel da Silva Lopes Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Faltou a Sra. Deputada Ana Sofia Crispim Rosado.

e) Projeto de ata

Submetido a votação, foi o projeto de ata n.º 1/2015, de 27 de fevereiro de 2015, aprovado por maioria e em minuta, com 5 abstenções.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Manuel Fernandes (PS) – O problema da carência social merece uma especial atenção, sobretudo quando foram tornados públicos os números, que dizem respeito àquilo que tem sido o trabalho desenvolvido pelos CLAS, pela Segurança Social, pelo Instituto Nacional de Estatística. São números dramáticos, não só para o concelho de Setúbal, mas principalmente para o concelho de Setúbal, uma vez que o concelho de Setúbal, em muitos dos indicadores socioeconómicos, apresenta valores verdadeiramente preocupantes. A taxa de desemprego no concelho de Setúbal nos finais de 2014 estava situada nos 15,6%, claramente superior à média nacional, principal problema com o qual os setubalenses e azeitonenses se deparam no dia-a-dia. Setúbal está pior do que a média nacional e pior do que a média na própria península, nas inscrições do Centro de Emprego, quanto à população residente.

Setúbal é o concelho da Península com a maior percentagem de beneficiários de subsídio social de desemprego e este subsídio é pago quando o desempregado já esgotou o tempo de pagamento de subsídio de desemprego. Este indicador traduz dificuldade superior à média nacional e superior à média da península, para setubalenses e azeitonenses em conseguir um novo emprego.

No índice de renovação da população em idade ativa, Setúbal renova menos população ativa do que a média nacional e até menos do que a média da Península. Quanto aos inscritos no Centro de Emprego, com direito ao subsídio de desemprego, Setúbal está atrás de concelhos como Sesimbra, Palmela, Seixal e Alcochete. Setúbal tem uma percentagem de cidadãos beneficiários do RSI – Rendimento de Social de Inserção superior à média da península e superior à média nacional. Este indicador revela a dificuldade das famílias face a uma grave carência económica, em risco de exclusão social. Setúbal é o concelho da península com a maior percentagem de população beneficiária de pensão social. Esta pensão é atribuída aos cidadãos com idade superior a 66 anos, que demonstrem não ter acesso a qualquer outro regime de apoio social.

Setúbal está abaixo da média nacional, quanto ao número de médicos por habitante. Setúbal está claramente abaixo da média nacional, quanto à taxa bruta de pré-escolarização, ficando atrás de concelhos, como é o exemplo de Alcochete. Quanto à taxa de abandono escolar, Setúbal está infelizmente acima da média nacional e mesmo acima da média da península. Setúbal é o 4.º concelho da península com a taxa de analfabetismo mais elevada. Quanto à

taxa da retenção escolar, já aqui referida em anteriores sessões este valor, em todos os escalões, Setúbal apresenta uma taxa superior à média da península e superior à média nacional.

A capital de Distrito é ainda e por fim, pior do que a média nacional e pior do que a média da península, no que diz respeito à média de alunos por computador com internet.

Isto são indicadores económicos/sociais verdadeiramente alarmantes, verdadeiramente preocupantes, que a todos nós deve preocupar, mas sobretudo deverá estar incutido nas prioridades do executivo da autarquia.

Se é verdade que Portugal está a atravessar uma crise social sem precedentes, não é menos verdade, que tendo todos os concelhos estas dificuldades, Setúbal apresenta números superiores em relação à carência social e à carência em termos de dificuldades económico/sociais, daquilo que diz respeito à média nacional. Como tal, gostaria de deixar aqui esta preocupação, gostaria também de ouvir o executivo naquilo que diz respeito aos programas e às atenções que devem merecer estas pessoas, (os setubalenses, os azeitonenses) e gostaria de saber se tinham noção daquilo que se está a passar no terreno, tendo em conta a fragilidade social com o qual se encontra o tecido social setubalense.

Joaquim Marcelino (CDU) – A AUGI de Vale de Florete tem mais de uma centena de proprietários. Existe uma associação que há muito abandonou os 21 moradores, os quais têm problemas e por isso pedem a intervenção da Câmara. Esses moradores têm problemas de legalização das suas moradias e queixam-se que não é feita a limpeza das ruas, no entanto, é feita a recolha do lixo, também se queixam da falta de colocação de placas toponímicas, quer por questões de entrega de correio ou em caso de surgir alguma necessidade de socorrismo urgente. Esta minha intervenção surge a pedido dos moradores, para que a Câmara intervenha, uma vez que se sentem abandonados.

Manuel Esteves (PS) – Queria pedir alguns esclarecimentos sobre alguns assuntos que expus na última Assembleia e não obtiveram resposta.

Cá vamos falar da nossa freguesia de São Simão “*a nossa coitadinha e pobre*”, que está à margem daquilo que acontece na freguesia de São Lourenço. Os pavimentos da parte antiga da aldeia de Vendas de Azeitão, há mais de 30 anos que não são reparados, valeria a pena verificarem o pavimento da Rua Miguel Bombarda. O cruzamento principal dessa aldeia, sempre que chove, transforma-se num autêntico lago e ninguém pode circular nos passeios. O cruzamento da Rua do Poço com a Rua 25 de Abril qualquer dia abate e quando isso acontecer iremos saber de quem é a responsabilidade, se da Junta de Freguesia, da Câmara ou da Estradas de Portugal. Na última Assembleia alertei para o aparecimento de buracos nessa zona, que pelo seu diâmetro obrigou a uma intervenção imediata da Junta. Tenho pena ver os meus vizinhos e irmãos de São Lourenço, “*tão bonitos e tão limpinhos*” e eu “*encolhido*” na minha aldeia, que é antiga e muito bonita. Solicito à Câmara que tenha atenção e ajude estes moradores naquela zona histórica de Azeitão.

Aquela célebre rotunda está muito feia e não fica bem, nem para os moradores nem para o município, não fica a condizer com a outra Azeitão bonita.

O problema dos javalis também me preocupa, mas estou mais preocupado com a praia. Se a nossa cidade está voltada para o turismo, a Arrábida é por excelência o sítio mais visitado, no entanto a sua praia, que era uma relíquia dos setubalenses e azeitonenses está na perspetiva de qualquer dia ninguém poder ir ao banho, porque aquilo é mais pedra do que areia e até agora ainda ninguém conseguiu resolver o problema. Uma praia tão falada no mundo inteiro, que é

um orgulho para a cidade e para o concelho. Estamos mesmo a ver que iremos perder esta grande beleza.

O Parque de Campismo do Outão está muito sujo e muito degradado. Como a época balnear está a chegar e os visitantes vão passar por aquela zona, certamente não irão gostar de ver aquela realidade. Era importante que a Câmara mandasse alguma fiscalização para constatar aquilo que eu estou a denunciar e fizesse uma limpeza à parte visível, para que o nosso estuário e as nossas estradas ficassem mais bonitos, para que os visitantes fiquem com uma boa imagem e uma boa vista para o nosso Rio Sado.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Ultimamente tem-se deparado, quer na minha freguesia e em várias zonas da cidade de Setúbal, um aumento de vendedores ambulantes, pessoas que estão junto às estradas a vender produtos frutícolas e hortícolas. Gostaria de saber se essas pessoas que estão nesses postos de venda têm habilitações para exercer essa função? Tenho conhecimento que não é à Câmara que compete passar as licenças de venda ambulante, no entanto, gostaria de saber se a fiscalização pode identificar se essas pessoas estão habilitadas para exercer essa venda? Esses vendedores abandonam as caixas da fruta junto à estrada, deixam os sombreiros armados de qualquer maneira, mas com a chuva e o vento ficam espalhados pela estrada. Não é uma situação agradável. Se os vendedores não estão legalizados para exercer essa função, estão a competir em desigualdade com os vendedores que estão legalizados e que pagam os seus impostos. Na freguesia de São Sebastião há dois mercados, o Mercado 2 de Abril e Mercado da Confeiteira, pelo que seria melhor canalizar esses vendedores de estrada para esses dois mercados.

Na penúltima Assembleia coloquei uma questão direcionada ao Sr. Vereador André Martins, relacionada com a “língua”, onde termina a EN 10 e começa a Av. Álvaro Cunhal, no sentido Águas de Moura/Setúbal. A Estradas de Portugal requalificou a rotunda, mas aquela “língua” não foi requalificada. O Sr. Vereador André Martins ficou de saber o ponto da situação. Gostaria de saber se a Estradas de Portugal vão reparar ou não, porque aquele espaço está muito feio.

Carlos Batista (PS) – O forte de Setúbal encontra-se encerrado há bastante tempo. Tive o cuidado de consultar o “Site” das Pousadas de Portugal e fui confrontado com a seguinte mensagem: “*A Pousada de Setúbal encontra-se encerrada para manutenção e preservação do edifício, sem data de abertura prevista*”. Desloquei-me por duas vezes ao forte e verifiquei que o gradeamento se encontra fechado. Certamente que a Câmara não tem culpa desta situação, no entanto, gostaria de saber se o forte está encerrado, porque a pousada está em obras de conservação e preservação? Se a pousada está encerrada, porque o forte tem algum problema na sua estrutura? Se for uma das duas situações, já que o Poder Central não o faz, porque é que não teremos o cuidado de colocar uma placa a avisar os visitantes do motivo do seu encerramento?

Fazemos um grande esforço para que Setúbal, cada vez mais, aumente o seu fluxo turístico, por isso temos que explicar às pessoas sobre o que se está a passar. É dos poucos monumentos que nós temos e é do forte que podemos visualizar a nossa bela baía do Sado. Não sei qual é o instituo responsável por aquele edifício, se a responsabilidade é das Pousadas de Portugal em gerir o forte. Solicitava à Câmara que colocasse uma placa, no sentido de informar os visitantes de que o forte se encontra encerrado.

Tive o prazer de receber em casa o “Anuário 2014”. Gostaria de saber quem financiou o “Anuário” e quem foi o responsável pelo critério editorial?

Joel Marques (PS) – A minha intervenção prende-se com algumas obras que têm sido feitas na baixa de Setúbal. Foram feitos e bem, pela Câmara Municipal de Setúbal os rebaixamentos de alguns lancis no centro da cidade, junto às passadeiras, para facilitar o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida. Esse rebaixamento teve a colocação de um pavimento com uma textura diferente, que presumo seja para facilitar a identificação das passadeiras a cidadãos invisuais. No cruzamento da Av. Mariano Carvalho com a Rua Joaquim Brandão, nas traseiras da Escola Sebastião da Gama, foi feito um rebaixamento e colocação de piso diferenciado. Apesar desta intervenção, as passadeiras não foram pintadas, nem há sinalização vertical de trânsito que as identifique. São passadeiras que não existem e que nunca existiram, mas são importantes naquelas vias, por isso a Câmara terá feito esta intervenção. Tememos que quem tenha uma deficiência invisual, que utilize uma bengala no pavimento para identificar as diferentes texturas, que identifica onde está a passadeira, possa ser induzido em erro e fazer o atravessamento naquelas faixas, sem que haja sinalização para que o trânsito possa parar e deixar atravessar os peões.

Na zona da baixa, Av. Alexandre Herculano, foi feita uma requalificação geral que demorou sensivelmente 8 meses, foram colocados contentores de recolha de lixo doméstico indiferenciado enterrados, os chamados “Moloks”. É uma intervenção a qual saudamos, do ponto de vista de higiene, de segurança do trânsito e da capacidade de recolha de lixo, é uma solução que nos parece mais sustentável e a mais interessante para o município, até mesmo do ponto de vista estético, do que os contentores que existiam antigamente e que estavam no meio da rua. Disse-nos o Vereador Manuel Pisco, na última sessão da Assembleia Municipal, que a Câmara tem feito um esforço de colocar 15 novos contentores enterrados, entre janeiro e fevereiro, sendo que alguns deles foram colocados na Av. Alexandre Herculano e para a recolha seletiva iriam ser colocados contentores enterrados na Av. Luisa Todi e no Largo das Fontainhas. A Av. Luisa Todi e Largo das Fontainhas são vias desta cidade onde foram feitas obras de requalificação já algum tempo e é natural que na altura não tivesse havido esta intervenção por falta de meios ou porque, não estava programado fazer a colocação de contentores enterrados na recolha seletiva. Na Av. Alexandre Herculano a obra terminou no início deste ano, já numa fase em que havia esta intenção e em que a colocação de contentores subterrâneos estava a ser feita no município, no entanto, foram colocados contentores de superfície. Foram colocados junto à Rua da Escola Técnica, rua que separa a Escola Sebastião da Gama do Jardim do Bonfim. Os contentores que estavam ao lado da paragem do autocarro junto ao jardim do Bonfim deixaram de ser utilizados durante os 8 meses em que a obra decorreu e neste momento estão colocados contentores de superfície ao lado do contentor enterrado junto da paragem do autocarro e junto à Escola Sebastião da Gama. Gostaríamos de saber se foi uma opção do município ter contentor de superfície, por uma questão de fundos (sendo um investimento feito de forma faseada) ou sendo uma intervenção de raiz, se tratou apenas de um erro de projeto e não foram contemplados contentores de recolha seletiva?

Na Av. Alexandre Herculano, junto ao cruzamento com a Av. Mariano Carvalho estão identificados três lugares de estacionamento para deficientes, a placa de sinalização vertical está colocada onde deve estar, mas infelizmente, por constrangimento da própria via não é muito visível e a Câmara e bem, optou por pintar o dístico de deficiente em amarelo, nos lugares de estacionamento. No dia em que esses 3 dísticos iriam ser pintados, os lugares da

direita e da esquerda estavam disponíveis à exceção do lugar de meio, porque na altura estava estacionada uma viatura. Aquilo que acontece sistematicamente é que os condutores que não conseguem ver a placa de sinalização vertical que está colocada no passeio, não estacionam no lugar da direita nem no lugar da esquerda, porque têm o dístico, mas estacionam ao meio e continuam a ocupar um lugar de forma indevida. Gostaria de reforçar esta questão, para que o quanto antes, a Câmara Municipal possa resolver esta questão, uma vez que naquela zona não conheço muitos lugares destinados exclusivamente a cidadãos com deficiências motoras, por isso são considerados lugares importantes de estacionamento no centro da cidade.

Entrou o Sr. Vereador Carlos Rabaçal e o Sr. Rui Canas, Presidente da União das Freguesias de Setúbal.

Patrícia Paz (PS) – A minha questão prende-se com o mercado social de Setúbal, instalado na Bela Vista e inaugurado em janeiro de 2013. Uma vez que se trata de um instrumento de extrema utilidade pública, pretendia se possível, um balanço da sua utilização e se tem cumprido os objetivos propostos.

Por outro lado, o aumento do desemprego, a falta de capacidade de cumprir com o pagamento das despesas mensais leva a que a franja carenciada dos setubalenses, não consiga assegurar a sua higiene pessoal, ao nível dos banhos, assim como lavar as suas roupas. A par das respostas sociais existentes fazerem o melhor que podem, a resposta de momento já é insuficiente. Assim sendo, pretendia sensibilizar a autarquia para a necessidade premente de se criar uma lavandaria social e uma resposta para os banhos. Uma vez que o espaço do mercado social se encontra adaptado para receber uma lavandaria comunitária, uma oficina vocacionada para a realização de pequenas reparações, pretendia saber se está previsto avançar com alguma coisa.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Relativamente à intervenção do Partido Socialista no que se refere à taxa do desemprego, nós temos feito a nossa parte no sentido de captação de investimento. Nos últimos 3 anos a Câmara Municipal, através da facilitação e da aceleração de algumas licenças de urbanismo e de facilitação de alguns investimentos em Setúbal, conseguiu cerca de 5.000 postos de trabalho. Fizemos aquilo que da nossa parte era possível fazer.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Marcelino, não perfilho da mesma opinião. De qualquer modo vamos verificar a situação com a Junta de Freguesia. Em relação à limpeza, são ações de descentralização da Câmara Municipal na Junta de Freguesia. Em relação à legalização das casas da AUGI, a Câmara não tem que legalizar, mas pressionar as AUGI's a legalizarem-se. A Câmara não se pode substituir a uma comissão, que tem que ser constituída pelas pessoas que compraram esses terrenos. Essas pessoas têm que pagar as infraestruturas tal e qual como os outros já pagaram. A Câmara Municipal atualmente está a fazer reuniões com comissões já constituídas e a forçar a constituição de outras comissões. Até hoje, já houve legislação que prorrogou a legalização das AUGI's. Também para nós essas pessoas estão numa situação de grande falta de equidade em relação aos outros, que compraram terrenos mais caros, que legalizaram as suas casas, que pagam o seu IMI. A Câmara Municipal está a fazer um grande esforço para que essas pessoas se legalizem e não é

a Câmara Municipal que lhes vai resolver o problema, substituindo-se às suas responsabilidades.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Esteves, temos que verificar esta situação em colaboração com a Junta de Freguesia, tendo em conta o entupimento dos sumidouros na Rua Miguel Bombarda. A rotunda em questão teve a participação da CVR, por essa razão consta o símbolo da CVR, mas que a Junta irá remodelar tornando-a mais atrativa, aproveitando alguns elementos já existentes.

Em relação ao Parque de Campismo do Outão, de referir que não é da responsabilidade da Câmara. Neste momento já não existe a pessoa que tinha a concessão. Já chamamos a atenção da APSS, que detém a responsabilidade do parque, para a sujidade existente. A CNF tem uma parceria com a APSS e está para resolução a situação que pode passar pela abertura de concurso para concessão ou pela parceria com a Câmara. Com a saída das autocaravanas e das tendas grandes foram partidas algumas infraestruturas, significa que para além da sujidade também ficou acumulado algum entulho, dando um mau aspeto ao parque, no entanto, entre a Câmara e a APSS iremos fazer alguma limpeza, porque aquele espaço visto do rio ou da estrada apresenta um péssimo cartão-de-visita.

Os vendedores ambulantes são licenciados pela Direção Geral das Atividades Económicas e não podemos intervir em relação a estes vendedores que se encontram na beira da estrada, apenas podemos intervir naqueles que se encontram junto dos mercados. Sugerimos que se chame a ASAE.

Relativamente à rotunda e à “língua” da EN 10, de referir que a rotunda é da responsabilidade da Brisa e a “língua” é da responsabilidade da Estradas de Portugal. Estas entidades têm uma parceria com uma empresa que faz a manutenção daqueles espaços e é precisamente essa empresa que está a fazer um alindamento muito ao de leve daquele espaço, para poderem entregar à Câmara Municipal. Nós não iremos receber tal como está, porque já chegam as rotundas em que a Câmara tem que conservar. Para a recuperação de muitas das rotundas existentes a Câmara tem procurado ajuda no mecenato. A Brisa e a Estradas de Portugal têm que assumir as suas responsabilidades.

Em relação às questões colocadas pelo Deputado Carlos Batista, de referir que se trata de uma concessão que foi feita pela INATUR ao Grupo Pestana, por uma bagatela. Havia alguns problemas de instabilidade em relação às muralhas, que estão a ser monitorizadas pelo LNEC. Já alguns anos, que a Câmara Municipal, permanentemente tem feito a monitorização. Temos um grupo de trabalho entre a Câmara, a Direção Geral do Património, a INATUR e o Grupo Pestana. Não é da nossa responsabilidade a estabilidade e a segurança daquele espaço. Estava a ser muito difícil para a Direção Geral de Património fazer a obra, tendo em conta o valor para a recuperação do referido espaço, por isso, foi transferido para a Câmara Municipal o valor dessa obra e foi a Câmara Municipal que fez o concurso, no entanto, trata-se de uma obra da responsabilidade da Direção Geral do Património. A obra começou a ser feita para determinado valor e para algumas fissuras mais profundas, mas já estamos avançar para o tratamento de mais fissuras do que as inicialmente previstas. Por essa razão está a demorar mais tempo.

Tinha a ideia de que existia a informação aos visitantes sobre o encerramento temporário do Forte de São Filipe por motivos de obras. Vou chamar a atenção dos serviços para essa situação.

O Grupo Pestana está a pressionar o Governo para reparar todo aquele espaço, no entanto, o Grupo Pestana não investe 1 cêntimo e nem sequer repõe a iluminação que desapareceu, que foi feita e bem, no tempo do Partido Socialista, mas posteriormente vandalizada. O Grupo

Pestana não está interessado em investir e certamente que se estão a preparar para abandonar o Forte de São Filipe, no entanto, temos investidores interessados naquele espaço, para fazer toda a obra e aumentar o espaço, de forma a poderem rentabilizar no número de quartos. No PDM há capacidade para que o espaço possa ser aumentado.

No anuário anterior tivemos patrocinadores, em relação ao anuário de 2014 não tenho a certeza se tivemos patrocinadores. Neste momento não lhe posso dar a informação correta, porque não tenho o responsável pelo anuário, mas mais tarde posso-lhe dar a certeza.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Joel Marques agradecemos e vamos anotar estas questões pertinentes com o Departamento de Obras Municipais.

Relativamente às passadeiras, estávamos à espera da tinta a quente que é mais cara, mas não desaparece facilmente, só que ainda não temos a tinta. Os sítios em que ainda não existiam passadeira certamente que são os mais urgentes, porque acorrem num sério risco de responsabilidade civil. Nalguns sítios não foram colocados os “Moloks”, porque há uma série de infraestruturas que passam por baixo, mas também tenho que verificar o facto de existir um “Molok” e um contentor verde ao lado.

Joel Marques (PS) – Não são os contentores verdes, mas os contentores de recolha seletiva, que poderiam estar enterrados, quando na realidade os que existem são os contentores de superfície

Presidente da Câmara – Comprámos alguns contentores enterrados para a Av. Luisa Todi e vamos colocar no centro histórico paulatinamente, porque cada contentor custa cerca de 5.000€. No próximo ano iremos comprar mais conjuntos, para podermos colocar em zonas de maior passagem e maior visibilidade. Colocámos na rotunda das sardinhas, mas ainda falta colocar alguns na Avenida Luisa Todi. Um conjunto de quatro contentores custam 20.000€ e como pretendemos colocar em mais sítios, temos que o fazer com mais calma.

Em relação ao dístico iremos ver a situação rapidamente.

Em relação ao mercado social tivemos alguns problemas de gestão, na realidade temos uma obra fantástica. Acho que já houve renegociação com as IPSS, mas não sei quem é que está agora à frente e qual é o saldo. O espaço está preparado para a lavandaria social. Em relação aos banhos, normalmente recorremos à Cáritas, mas tem-se tornado cada vez mais difícil. Logo que o Vereador responsável pelo pelouro chegue ele poderá dar mais informação e posteriormente transmito-lhe.

Entrou o Sr. Deputado Luís Custódio.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Porque é que não foi distribuída a proposta de recomendação que esta bancada enviou à Mesa, para ser discutida e votada neste período de Antes da Ordem do Dia?

O Sr. Presidente ainda não me enviou os elementos que solicitei no dia 17 de março, sobre os documentos que estão previstos no art.º 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e que devem estar em poder da Assembleia Municipal até 31 de janeiro de cada ano.

Presidente da Mesa – Em relação à questão da proposta de recomendação que foi apresentada, foi enviada para a Comissão de Economia e Finanças, porque foi isso que ficou

definido na última Assembleia. A questão que agora coloca (porque é que não está presente essa proposta?) é por duas razões formais e uma razão de essência. As razões formais são: Não se encontra na Ordem de Trabalhos nenhum ponto que se refira à matéria que era abordada essa proposta, a questão do IMI. Não existe a figura da proposta de recomendação. As propostas são classificadas de vários modos, mas não há o tipo proposta de recomendação. Não me parece necessário colocar a questão do conteúdo e da essência do próprio texto. São basicamente estas duas motivações formais que levaram a Mesa a não aceitar e a não a distribuir.

Em relação ao segundo ponto, foi solicitado aos serviços o fornecimento desses dados, que ainda não chegaram há minha posse e conseqüentemente ainda não lhe posso fornecer.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação ao primeiro ponto não entendo, porque é que não se pode discutir no Período de Antes da Ordem do Dia, uma proposta de recomendação. É um assunto para discutir mais tarde!

Em relação ao segundo ponto, está previsto na lei que a Assembleia Municipal deve ter este documento em seu poder desde o dia 31 janeiro deste ano. Acho estranho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não tenha tomado a iniciativa, sem precisar do meu pedido, para exigir à Câmara Municipal um documento, que a lei estabelece que a Assembleia Municipal deve ter em seu poder até 31 janeiro de 2015. O Sr. Presidente só pediu à Câmara o documento, porque eu fiz o pedido. Acho bastante estranho que isso tenha ocorrido.

Presidente de Mesa – O Sr. Deputado sabe que todos os documentos que são solicitados são fornecidos e postos à sua disposição. Neste momento, por ventura, faltarão esses documentos, que estou seguro, que serão fornecidos em tempo. Isto é o que lhe posso garantir neste momento.

c) Saudações, Votos e Moções

Foi distribuída a Moção “A”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

“Moção 1.º de Maio

A revolta de 500 mil trabalhadores em manifestação nas ruas de Chicago, em luta por um trabalho digno, marcaria para sempre o curso da história no mundo laboral, uma vez que até 1886 os direitos sociais no trabalho eram apenas uma miragem.

Nesse sentido, o 1º de Maio de 2015 deverá prestar uma justa homenagem aos homens e mulheres que ousaram romper com a injustiça e com a exploração, participando numa marcha sangrenta onde muitos perderam a vida na luta por direitos que viriam a beneficiar as gerações futuras.

Importa, também, recordar e enaltecer os setubalenses que em 1962, com greves e manifestações que juntaram trabalhadores de todas as profissões numa luta contra a repressão, contra as desigualdades e pela liberdade de expressão, desafiaram o Estado Novo. Os problemas atuais são diferentes, mas igualmente desafiantes. Com uma taxa de desemprego no Concelho de Setúbal de 15,6%, claramente superior à média nacional, este drama social deverá merecer uma especial atenção nos próximos anos.

No atual ambiente económico de crise acentuada em todo o Mundo, a defesa dos trabalhadores e de condições de trabalho dignas e justas são um imperativo.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, no reconhecimento da importância destes factos históricos, apela à participação cidadã de todos os setubalenses e azeitonenses nas comemorações do 1º de Maio próximo, para que este seja um momento agregador das várias gerações na defesa do aumento do salário mínimo, na diminuição da desigualdade das remunerações entre mulheres e homens, no desenvolvimento dos recursos humanos quanto à qualificação, formação e aprendizagem permanente, pelo diálogo social e compromisso, pela paz social.

Só com a partilha do esforço de recuperação económica e com a justa repartição da riqueza criada entre empresas e trabalhadores será possível ultrapassar este período difícil da nossa história.”.

Manuel Fernandes (PS) – Há factos históricos que são demasiado importantes e que não podem ser esquecidos ao longo da história, um deles é o 1º de Maio, a forma como ele aconteceu, as causas que originou e que se defende. O Partido Socialista revê-se claramente naquilo que foram as lutas do passado destes trabalhadores e deve homenagear aqueles que lutaram por um trabalho digno e aqueles que deram o mote em 1886. Partindo desse facto histórico fazemos um ponto de ligação com o mundo atual, com o que são hoje os desafios, com os quais nos confrontamos. Baseando-nos nas recomendações da OIT para Portugal, elegemos como principais focos políticos o aumento do salário mínimo, a diminuição da desigualdade nas remunerações entre mulheres e homens, o desenvolvimento dos recursos humanos quanto à qualificação, formação e aprendizagem permanente, pelo ideal social e compromisso pela paz social. São estes os compromissos com os quais o Partido Socialista se identifica para o futuro.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção A, aprovada por unanimidade e em minuta.

Foi distribuída a Moção “B”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

“Moção ABRIL É O FUTURO

Comemoramos Abril sempre!

Fazemo-lo tendo presente nas nossas memórias, de forma impressiva, aquele dia 25 do ano de 1974 – Dia da Liberdade – bem como o processo revolucionário que se lhe seguiu e que, nascido da aliança Povo/MFA, viria a conduzir à construção da democracia mais avançada alguma vez existente em Portugal: democracia económica, política, social, cultural, amplamente participada e tendo como referência básica a independência nacional - a Democracia de Abril, como, muito justamente, lhe chamámos.

Fazemo-lo recordando a Revolução de Abril e as suas Conquistas que transformaram profunda e positivamente Portugal e foram ponto de partida para a materialização de um projeto que tinha como vetor determinante o respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do País: a liberdade, os direitos sociais e laborais, a justiça social, as nacionalizações, a reforma agrária, a descolonização, o poder local democrático, a paz, a independência nacional – Conquistas que são o símbolo dos valores e dos ideais da

Revolução de Abril e que continuam a afirmar-se, na situação atual, como setas apontadas ao Futuro.

Fazemo-lo sublinhando a importância histórica da Constituição da República Portuguesa que, aprovada em 2 de Abril de 1976, consagrou a Revolução de Abril e as suas Conquistas e continua a constituir, hoje - apesar de já submetida a sete revisões, cada uma delas roubando-lhe pedaços de Abril – uma relevante plataforma da luta em defesa dos valores de Abril.

Fazemo-lo nunca esquecendo e sempre denunciando o longo processo contrarrevolucionário: o seu início; os seus objetivos; os seus protagonistas; os métodos a que tem recorrido; o seu ódio a Abril; o estado a que conduziu o País.

Fazemo-lo olhando com extrema apreensão, mas também com muita confiança, para a situação atual do País: uma situação dramática que, contudo, é necessário e possível superar.

Ao Portugal de Abril – momento mais luminoso da nossa história coletiva - sucedeu este Portugal sombrio: o Portugal do desemprego; da precariedade; dos roubos nos salários e nas reformas; dos roubos nos direitos laborais e sociais; das injustiças sociais e do aumento do fosso entre pobres e ricos: da exclusão, da pobreza, da miséria e da fome; do afundamento da economia nacional; da venda a retalho da independência e da soberania de Portugal; de uma democracia precária, crescentemente carenciada de conteúdo democrático e trazendo-nos todos os dias à memória o tempo que «em Abril, Abril venceu».

Mas também comemoramos Maio

Maio é luta e o seu primeiro dia é referência essencial na luta dos trabalhadores portugueses ao longo da história - desde 1890, ano em que, pela primeira vez, o 1º de Maio foi comemorado em Portugal.

Comemorar o 1º de Maio será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também os de todos os trabalhadores em geral e, essencialmente, os trabalhadores portugueses e das suas organizações sindicais, e outras organizações representativas dos trabalhadores.

Comemorar o 1º de Maio será reafirmar Abril e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses. Será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e solidariedade internacional.

Comemorar o 1º de Maio será, assim, lutar pelo desenvolvimento económico, pelo progresso social e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Por isso, comemoramos Abril e Maio. Por isso o comemoramos em luta. Com a firme convicção de que é nos valores de Abril - nas suas conquistas políticas, sociais, económicas, culturais, civilizacionais - que se encontra a solução para os muitos e graves problemas criados pelos governos e pela política da contrarrevolução. Com a certeza de que a conquista de tal solução depende, no essencial, da luta dos trabalhadores e do povo.

Com os trabalhadores e o povo, com a intervenção de todos os homens, mulheres e jovens identificados com os valores de Abril, conquistaremos um novo caminho para Portugal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, no dia 17 de Abril de 2015, delibera:

- 1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa.*
- 2. Manifestar a sua solidariedade com os portugueses e, em particular, com as populações do concelho de Setúbal, afetadas por cortes nos salários e pensões, pelo*

- desemprego, pela precariedade, pela emigração indesejada, pelo encerramento e degradação de serviços públicos prestados.*
3. *Saudar todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população, apelando à sua participação nas comemorações de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático, como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações, com particular destaque para o intenso programa de comemorações levado a cabo pelas autarquias locais e pelo movimento associativo do concelho de Setúbal;*
 4. *Apelar à participação dos trabalhadores nas comemorações do 1º de Maio e, em especial, naquelas que têm lugar em Setúbal.”.*

Não havendo intervenções foi a Moção “B”, aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 18 da CDU, 8 do PS, 2 do BE e 1 do AC e 5 abstenções do PSD/CDS.

Foi distribuída a Moção “C”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

“Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP)

Ano e meio volvido sobre a celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP) entre o Município de Setúbal, e os Sindicatos que representam os trabalhadores, nos quais, entre outras matérias, foi acordada e fixada a manutenção do período normal de trabalho (pnt) em 35 horas semanais, a Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP) remeteu à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e, posteriormente, ao Município, um documento com aqueles que seriam os critérios balizadores da sua intervenção negocial no âmbito da celebração de ACEP, particularmente em matéria de pnt.

Seja pelo seu conteúdo, pelo entendimento que deixa transparecer sobre a dimensão autónoma do Poder Local Democrático e o seu papel no quadro político-constitucional vigente, pela tábua rasa que pretende fazer sobre o percurso que, em matéria de negociação coletiva, foi realizado ao longo de mais de um ano pelas Autarquias, pelos sindicatos e pelos trabalhadores da administração pública, seja ainda pela forma como pretende esquecer as posições que, de forma clara e perentória, foram sobre esta matéria assumidas pela autarquia e, entre outros, pelo Provedor de Justiça ou pela Área Metropolitana de Lisboa, o documento em causa revela-se inaceitável.

Ele confirma aquilo que os Municípios vêm afirmando ao longo de todo este tempo: a vontade do Governo de intervir diretamente nos processos de negociação coletiva entre autarquias e sindicatos, condicionando-os, bem como à vontade das partes envolvidas, desde logo através da imposição de matérias de “negociação obrigatória” como a flexibilidade e o banco de horas.

Com a proposta apresentada o Governo levou a sua vontade e a sua conceção distorcida do papel do Poder Local Democrático ao ponto de violar o teor do próprio parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República no qual tem procurado escudar a sua ação.

De fato, este é expresso ao afirmar que, mesmo havendo uma intervenção do Governo nos processos negociais, a mesma não poderá consubstanciar “a faculdade de dar ordens ou emitir diretivas à entidade autárquica por força da autonomia de que esta goza”, cumprindo ao Governo “atuar e adotar posições que respeitem o direito de contratação coletiva

constitucionalmente reconhecido às associações sindicais e o princípio da promoção da contratação coletiva”.

Mas o ofício enviado vai ainda mais longe, esforçando-se por lançar um manto de esquecimento sobre o fato de a maioria das autarquias continuar hoje a observar um pnt de 35 horas semanais, sustentando as suas decisões em ACEP validamente negociados e celebrados.

ACEP a cuja publicação e depósito o Governo vem, há mais de um ano, obstando de forma ilegal.

Desconhecerá o Governo que continuam neste momento pendentes nos Tribunais centenas de ações judiciais exigindo o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados e a declaração de inconstitucionalidade da norma que prevê a intervenção do Governo na celebração dos mesmos?

Desconhecerá o Governo o teor do requerimento apresentado pelo Sr. Provedor de Justiça ao Tribunal Constitucional no qual suscita a análise da questão vertente aduzindo, entre outros argumentos de relevo, a circunstância de ser “de todo impensável, em conformidade com o sentido da doutrina constitucional, anteriormente exposta, uma intervenção do Governo na esfera da celebração de acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, que extravase uma tutela administrativa para “verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos”, como se define no n.º 1 do artigo 242.º da Lei Fundamental, sob pena de violação do mesmo.”?

Desconhecerá o Governo a vontade expressa dos Municípios e da sua Associação Nacional de recusar qualquer intervenção exógena no quadro constitucionalmente consagrado das suas competências e atribuições próprias?

É-lhe impossível desconhecer.

Daí que esta vontade de “começar de novo”, de “voltar ao princípio” e de “reiniciar processos negociais”, represente um ato de manifesta má-fé, como se as Autarquias e, em particular, o Município de Setúbal, não houvessem já, de forma válida e ao abrigo dos regimes legais habilitantes em vigor, realizado todo esse percurso, encontrando, com os seus trabalhadores e as suas associações sindicais representativas, o caminho que, no quadro da sua autonomia constitucional e em correspondência com os seus interesses democraticamente aferidos e ponderados, lhes serve.

Um ato que a nenhum título poderemos aceitar, cabendo-nos, ao invés, reforçar a necessidade de, em defesa da autonomia do Poder Local Democrático e dos direitos dos seus trabalhadores, reiterar a nossa vontade e intenção de, como até aqui, promover por todos os meios ao nosso alcance o direito das autarquias locais à negociação coletiva num quadro de liberdade e autonomia consentâneo com o regime constitucional e com o direito internacional vigente, bem como a publicação e depósito dos ACEP validamente negociados e celebrados, fazendo assim cessar os impedimentos ilegais que o Governo vem levantando aos mesmos.

Neste sentido,

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de Abril de 2015, afirma:

- a) O direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva compatível com as normas nacionais e internacionais vigentes, negociações tendentes à celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público;*
- b) A firme rejeição de qualquer intervenção do Governo nos processos de negociação coletiva;*

c) A necessidade de publicação e depósito de todos os ACEP validamente celebrados, fazendo assim cessar os obstáculos levantados pelo Governo que ilegalmente, têm obstado às mesmas.”.

Catarina Pereira (CDU) – No próximo dia 22 de abril, os trabalhadores e autarcas, mais uma vez, vão estar unidos na luta pela publicação dos ACEEP's, entre outros motivos de luta, nomeadamente o aumento de salário mínimo e as 35 horas para todos. É importante que o Governo deixe de boicotar esta negociação coletiva, entre trabalhadores e autarquias.

Manuel Fernandes (PS) – Há um erro na sigla, falta a letra “E”. Trata-se de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP).

Estes acordos decorrem daquilo que está emanado na própria Constituição, na defesa da contratação coletiva e da autonomia do poder local. Assim sendo, estabelecemos algum paralelo com aquilo que aconteceu, com os acordos coletivos das entidades privadas, com alguma ingerência do Governo, com a lei da imperatividade que se interpôs entre aquilo que estava acordado, entre entidades empregadoras e entidades representativas dos trabalhadores. O acórdão do Tribunal Constitucional foi claro ao revogar aquilo que entendeu negligenciar, aquilo que foi a ingerência do Governo no que estava acordado entre entidades empregadoras e trabalhadores. Assim sendo e pelo mesmo princípio, uma vez, que existiu uma queixa ao Provedor de Justiça, que foi levada ao Tribunal Constitucional (que ainda não pronunciou, mas tudo leva a querer, pelo mesmo princípio, que se irá pronunciar no mesmo sentido), entendemos que os contratos firmados entre entidades empregadores, quer sejam do setor privado ou públicas, devem ser publicados e transmitidos em boletim de trabalho e emprego. Já há muito que o Partido Socialista vem defendendo e levado às mais altas instâncias, mas não se compreende que há mais de um ano ainda não viu “*luz verde*” dos ACIPS e não foram publicados em Diário da República. Assim sendo, a bancada do Partido Socialista votará a favor.

Entrou o Sr. Deputado Vitor Ferreira.

Não havendo mais intervenções foi a Moção “C”, aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 do AC e 5 abstenções do PSD/CDS.

Foi distribuída a Moção “D”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

“Moção

Em defesa do Festroia

O anúncio da não realização da edição de 2015 do Festroia, motivada pela ausência de apoios financeiros, constitui uma grande preocupação para todos os que se interessam pela vida cultural de Setúbal, da região e do país.

No caso do Festroia, a Câmara Municipal foi e é, desde sempre, o principal parceiro do Festroia. Só desde 2002, o montante de apoios financeiros municipais diretos ao festival, sem contabilizar os vultuosos apoios logísticos concedidos, ascende a 1.633.400 euros.

No entanto, o Município, isolado, é incapaz de garantir todos os meios financeiros necessários à concretização do festival e, por isso, fez um apelo a que os organismos do Estado que gerem os meios financeiros para apoiar o cinema, em especial o ICA, reconsiderem a decisão de reduzir o apoio ao Festroia.

A referida falta de investimento, que conduziu à decisão do cancelamento do Festroia em 2015, consubstancia-se na redução do investimento do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), tendo passado de 47.500 euros em 2014, para 21 mil euros para o triénio e da perda total de financiamento do Programa Media, quando no ano passado foi de 75 mil euros.

De forma súbita e sem qualquer fundamentação, o Festroia que no ano passado obteve o financiamento máximo, integrando o grupo de festivais com melhor classificação, não teve qualquer financiamento europeu, quando cumpria exatamente os mesmos critérios e quando inclusivamente tinha apresentado uma proposta que incluía mais filmes europeus.

O Festroia, que anualmente recebe milhares de amantes da sétima arte, nascido em 1985, fruto da paixão pelo cinema do escritor e jornalista Mário Ventura Henriques, com o objetivo de divulgar cinematografias desconhecidas do público português e que não chegam, regra geral, aos circuitos de distribuição comercial, não merece ser tratado desta forma por quem tem responsabilidades, no plano nacional e europeu, pela promoção da Cultura.

Por este Festival, o único português que integra o calendário anual da Federação Internacional das Associações de Produtores de Filmes (FIAPF), passaram nomes maiores da sétima arte e algumas das suas melhores obras, atraindo a Setúbal atores, realizadores e produtores, nacionais e internacionais, com trabalho reconhecido.

Porque defender o Festroia e a sua realização é defender a democratização do acesso à produção e fruição cultural, valorizando Setúbal, a região e o País, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, no dia 17 de Abril de 2015, delibera:

- 1. Exigir que o Estado português não se demita das suas obrigações em matéria de apoio à produção e fruição cultural;*
- 2. Recomendar que a Câmara Municipal de Setúbal continue a apoiar o Festroia;*
- 3. Exigir que o Governo, através da Secretaria de Estado da Cultura e, em particular, do Instituto do Cinema e do Audiovisual, volte atrás na decisão de redução dos apoios ao festival, garantindo o financiamento necessário à realização do Festroia.”.*

Afonso Luz (CDU) – Esta moção é apresentada, porque a Câmara Municipal foi e é desde sempre o principal parceiro do Festroia. Desde 2002 que os apoios financeiros, não contando com todos os apoios logísticos que tem concedido, já ascendem a mais de um milhão e seiscentos mil euros, no entanto, tem-se sentido cada vez mais isolado. Depois de um ano em que o Festroia obteve o financiamento máximo e integrou o grupo de festivais com melhor classificação, ficamos a saber que não consegue obter qualquer financiamento europeu, cumprindo exatamente os mesmos critérios, numa altura em que tinha apresentada uma proposta que incluía mais filmes europeus, do que em edições anteriores. Entendemos que defender o Festroia e a sua realização é defender a democratização do acesso à produção e fruição cultural, valorizando Setúbal, a região e o País, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

Exigir que o Estado português não se demita das suas obrigações em matéria de apoio à produção e fruição cultural. Recomendar que a Câmara Municipal de Setúbal continue a apoiar o Festroia. Exigir que o Governo, através da Secretaria de Estado da Cultura e, em particular, do Instituto do Cinema e do Audiovisual, volte atrás na decisão de redução dos apoios ao festival, garantindo o financiamento necessário à realização do Festroia.

Carminda Ferreira (PS) – Pela primeira vez em 30 anos, não vamos poder contar com a realização do Festroia, que ao longo de 30 anos trouxe à nossa cidade alguns dos mais conhecidos artistas da 7.ª Arte e nos proporcionou o contacto com obras cinematográficas, que dificilmente teríamos oportunidade de apreciar, perante a hegemonia do cinema americano ou do cinema mais comercial, se assim o quisermos dizer. As entidades financiadoras europeias alegaram contenção económica. O Festroia surgiu em 1985, exatamente no ano em que Mata Cáceres deixou o cargo de Governador Civil e iniciou o seu primeiro mandato, como presidente desta autarquia. Foi Mata Cáceres quem trouxe para Setúbal este certame, que teve início em Troia, pela mão de Mário Ventura. Percebeu-se desde logo que era um excelente evento para cidade e por isso, sempre recebeu apoios, quer por parte do Governo Civil, quer por parte da Câmara. Até mesmo nos anos mais duros da crise, que assolou Setúbal em finais da década de 80, princípios de 90, que levou o Bispo a denunciar a fome que se fazia sentir em muitas famílias, nos meios de comunicação social, o festival nunca foi posto em causa. Com mais ou com menos apoios, não deixou de se realizar em prol da promoção da cultura cinematográfica. Façamos votos para que se trate apenas de uma breve interrupção e que a autarquia consiga encontrar formas de continuarmos a merecer o apoio das entidades financiadoras europeias ou outros eventuais apoios, mas que não morra o Festroia.

Joel Marques (PS) – Lemos atentamente a Moção da CDU e relativamente às deliberações encontrámos uma exigência ao Estado, uma exigência ao Governo e uma recomendação à Câmara Municipal. Entendemos que, quando está em causa o superior interesse da cidade devemos de ter o mesmo nível de exigência, independentemente do órgão a que nos dirigimos. Gostaríamos de recomendar que nas deliberações tivéssemos recomendações ao Estado, ao Governo e à Câmara Municipal ou então exigência ao Estado, ao Governo e à Câmara Municipal.

Não havendo mais intervenções foi a moção “D”, aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 do AC e 5 abstenções do PSD/CDS.

Foi distribuído o Voto de Pesar, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

“Voto de Pesar pelo falecimento de José Mariano Rebelo Pires Gago

Morreu hoje, aos 66 anos, Mariano Gago. Duas vezes ministro da Educação teve a pasta da Ciência e Tecnologia entre 1995 e 2002 e foi ministro da Ciência e Ensino Superior entre 2005 e 2011. Era doutorado em Física, pela universidade de Paris, e professor catedrático do Instituto Superior Técnico (IST)

Foi distinguido com a Comenda da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a 10 de junho de 1992. Em 2007, recebeu a distinção da Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica em Espanha e dois anos depois, a de Grã-Cruz com Estrela da Ordem do Mérito, na Alemanha.

Entre 1986 e 1989 foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Líder do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, em Lisboa, era lá que costumava passar os seus dias, nos últimos tempos.

No final da década de 1960, Mariano Gago foi presidente da Associação de Estudantes do IST, eleito por uma lista ligada à esquerda estudantil dessa época.

Graças a si, Portugal tornou-se um país mais moderno. Foi por sua causa e sob a sua tutela que os governos deram maior capacidade financeira à investigação, como nunca antes se fizera.

A sua ação introduziu na investigação científica os conceitos da experiência, exigência e avaliação internacional. Revolucionou a aquisição de competências no domínio da ciência e conseguiu com isso garantir um salto quantitativo e qualitativo na economia. Mariano Gago mudou o paradigma da ciência em Portugal, demonstrando sempre uma profunda preocupação pela democratização da cultura científica.

Mariano Gago lutou durante vários anos contra a doença que hoje o venceu. O seu legado é o legado de uma vida. De alguém que se entregou sempre de alma e coração, não apenas profissão de investigador científico de primeira qualidade, mas também e de forma generosa e inteligente ao bem comum.

A Assembleia Municipal de Setúbal associa-se aos seus familiares e amigos neste momento de dor.”.

Teresa Andrade (PS) – Porque os grandes homens serão sempre o melhor da humanidade, queremos hoje homenagear um deles. Morreu hoje, aos 66 anos, o professor Mariano Gago, duas vezes Ministro da Educação. Teve a pasta da Ciência e Tecnologia entre 1995 e 2002, foi Ministro da Ciência e Ensino Superior entre 2005 e 2011 e foi a personalidade portuguesa que mais tempo esteve nos governos pós 25 de Abril. Era doutorado em Física, pela universidade de Paris, professor catedrático do Instituto Superior Técnico. Foi distinguido com a Comenda da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a 10 de junho de 1992. Em 2007, recebeu a distinção da Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, em Espanha e dois anos depois, a de Grã-Cruz com Estrela da Ordem do Mérito, na Alemanha.

Entre 1986 e 1989 foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Líder do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, em Lisboa, era lá que costumava passar os seus dias, nos últimos tempos.

Diz-se que foi o homem que mais fez pela ciência em Portugal. No final da década de 1960, Mariano Gago foi presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, eleito por uma lista ligada à esquerda estudantil dessa época.

Graças a si, Portugal tornou-se um país moderno. Foi por sua causa e sob a sua tutela que os governos deram maior capacidade financeira à investigação, foi pela sua luta que como nunca antes se fizera, que Portugal avançou.

A sua ação introduziu na investigação científica os conceitos da experiência, exigência e critérios de avaliação internacional. Revolucionou a aquisição de competências no domínio da ciência e conseguiu com isso garantir um salto quantitativo e qualitativo nesta economia. O professor Mariano Gago mudou o paradigma da ciência em Portugal, demonstrando sempre uma profunda preocupação pela democratização da cultura científica.

O professor Mariano Gago lutou durante vários anos contra a doença que hoje finalmente o venceu. O seu legado é o legado de uma vida. De alguém que se entregou sempre de alma e de coração, não apenas à profissão de investigador científico de primeira qualidade, mas também de forma generosa e inteligente ao bem comum, a Portugal

A Assembleia Municipal de Setúbal associa-se aos seus familiares e amigos neste momento de dor.

Sousa Pereira (Segundo Secretário) – Começo por agradecer aos autores este voto de pesar, porque tenho imensa consideração por Mariano Gago. É curioso que ele morre hoje e é

possível hoje, à noite apresentarem um voto de pesar muito bem documentado. É notável como em meia dúzia de horas foi possível fazer um documento tão bem feito. Isto foi feito por alguém que o conheceu profundamente, senão era impossível estar feito desta maneira.

Vou falar sobre dois aspetos do Mariano Gago, sendo um relativo a Setúbal, que é praticamente desconhecido e outro através da sua atividade de democratização da ciência.

O Mariano Gago, nos anos 70, talvez enquanto estava a tirar o curso de física, fez um trabalho escolar sobre o moinho das marés, e vem a Setúbal para fazer o seu trabalho sobre o Moinho da Maré da Mourisca. Na altura o moinho estava em ruínas, no entanto, Mariano Gago contactou com o antigo moleiro que lhe forneceu uma série de documentação, que estava perdida no meio do moinho e que foi guardada religiosamente, em conjunto com o seu trabalho de apresentação. Ele manteve essa documentação durante muitos anos em seu poder e mais tarde essa documentação volta ao domínio público. Em 1996, enquanto Ministro da Ciência, oferece essa documentação a uma determinada entidade.

O voto de pesar fala em dois aspetos muito importantes: *“Mariano Gago mudou o paradigma da ciência em Portugal, demonstrando sempre uma profunda preocupação pela democratização da cultura.”* Isto foi mesmo verdade e foi mesmo a trabalhar no terreno. O mesmo voto de pesar refere: *“De alguém que se entregou sempre...e de forma generosa e inteligente ao bem comum.”* Mariano Gago faz o seu doutoramento em Física Atómica, em Paris, numa época em que havia muitos emigrantes portugueses que viviam em bairros de lata. Mariano Gago e um grupo de estudantes em doutoramento dirigiam-se às pequenas associações para dar cursos de iniciação à ciência, aos emigrantes portugueses. Mariano Gago tinha um saco do qual classificava como sendo o saco das surpresas. Esse saco continha uns cordéis, uma bolsa, paus de gelados, arames. Com esse material, sempre que ia a uma sessão, fazia um tema científico. Num determinado dia perguntou: *“Quem é que sabe andar de bicicleta?”*, depois perguntou: *“A bicicleta quando está parada cai e quando vai em movimento não cai, porquê?”* (Ninguém sabia responder e provavelmente a maior parte das pessoas que aqui estão, também não sabem responder). Pega na bicicleta de um emigrante e faz umas demonstrações e vai dando uns conceitos de física, pelos movimentos de rotação e os emigrantes ficavam a compreender, porque é que a bicicleta em movimento não caía.

Passados uns dias ele pergunta: *“Há algum de vocês que viva no campo, onde utilizem cegonhas ou picotas para tirar água?”*, pega nos paus, arames e nos cordéis e explica todo o conjunto das três qualidades de alavancas que existem na física e explica por que razão tudo aquilo funcionou.

Uns colegas incentivam-no a publicar todas aquelas experiências e ele junta toda esta documentação de originais e nos anos 80, a Direção Geral de Educação de Adultos publica um livrinho de formato A4, onde inclui todos estes trabalhos de Mariano Gago (Nessa altura ele não pensava que iria ser Ministro). Este livro foi distribuído e utilizado na educação geral de adultos, para dar uma iniciação científica às pessoas. Foi um trabalho meritório.

Quando o autor do voto de pesar diz: *“...uma profunda preocupação pela democratização da cultura científica.”* É verdade!

Um terceiro pormenor de Mariano Gago que estamos todos eternamente agradecidos e poucos sabem. Foi o homem que introduziu a internet nas escolas. Na altura eu era presidente do conselho diretivo da escola Secundária da Bela Vista e o então Ministro Mariano Gago forneceu verbas, material, deu facilidades aos professores, mandou instalar linhas telefónicas, colocou um computador em cada escola, fez ações de formação de todas as escolas, essencialmente do ensino secundário, que passaram a ter pelo menos um computador instalado e ligado à internet.

Pela divulgação da ciência, pela necessidade da ciência ser compreendida pelas camadas populares e pela introdução da internet nas escolas, faz com que Mariano Gago fique para sempre na nossa memória.

Mais uma vez, os meus agradecimentos ao autor deste voto de pesar.

Não havendo mais intervenções foi o Voto de Pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória de José Mariano Rebelo Pires Gago.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O Sr. Presidente há pouco tinha-me dito que um dos motivos formais, porque tinha recusado a nossa recomendação para ser discutida se devia ao facto de não estar prevista no nosso Regimento. Aconselho a Mesa a ler a alínea a), do art.º 12.º, do atual Regimento, que tem previsto no mesmo nível das resoluções, moções, etc. O Segundo tema de votação da Assembleia Municipal, nos seus poderes, a seguir a “resolução” é “recomendação”, depois surge a “moção”, “saudação”.

Há pouco não referi, porque não tinha o documento há minha frente. O aspeto formal que o Sr. Presidente levantou não é verdadeiro, a Assembleia pode discutir recomendações tal como está previsto no Regimento. Acho estranho que o Sr. Presidente e a Mesa tenham tomado essa decisão.

Presidente da Mesa – Não é do meu conhecimento, que haja nas diversas classificações que se fazem as propostas, exatamente a proposta de recomendação. Há propostas projeto, há propostas de emenda, há propostas de aditamento, um conjunto de propostas que são umas originais e outras propostas que alteram propostas originais, mas toda a proposta é um instrumento de trabalho que se destina a esclarecer assuntos que estão em discussão. Não está em discussão neste momento, nesta Assembleia, o problema IMI e conseqüentemente não vem a propósito fazer propostas sobre esse mesmo assunto. Se me disser “*não faço uma proposta, mas faço uma moção*”, a Assembleia toma uma posição coletiva sobre um tema e eu concordo consigo, mas não uma proposta!

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O Regimento prevê que a Assembleia discuta e vote recomendações. Está no Regimento, alínea a), do art.º 12.º.

Leia Sr. Presidente, é só ler não custa nada!

Se o Senhor ler a alínea a), do art.º 12.º, do atual Regimento está lá. A Assembleia pode votar resoluções, recomendações, moções e tudo o resto.

Isso são direitos dos membros da Assembleia Municipal. Só se deixámos de ter esses direitos?

Presidente da Mesa – Acredito na sua palavra. Não tenho neste momento o Regimento, mas acredito que isso esteja escrito, mas também lhe peço que aceite a minha perspetiva. A minha perspetiva é exatamente a de que não pode ser apresentada nesta Assembleia, neste momento, uma proposta de recomendação. Faça uma moção de recomendação.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Vou ler o que diz o Regimento para todos sabermos do que estamos a falar. “*Art.º 12.º - Poderes e Direitos dos Membros da Assembleia Municipal - Constituem poderes e direitos dos membros da Assembleia Municipal a exercer singular ou*

coletivamente. a) Apresentar projetos de resolução e de recomendação, moções, propostas e requerimentos”. Não consigo perceber onde é que a sua interpretação encaixa nesta alínea a), Sr. Presidente? Isto é um direito nosso, apresentar projetos de recomendação e a discuti-las aqui.

Presidente da Mesa – De facto está escrito, preto no branco, a palavra proposta de recomendação.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Peço desculpa, mas não é proposta. O que está preto no branco é apresentar projetos de resolução e de recomendação, moções.

É projeto que diz e não proposta.

Presidente da Mesa – De facto há perspetivas diferentes. Na verdade a proposta é um instrumento de trabalho para discutir temas que estão inscritos na Ordem do Dia. Neste Período de Antes da Ordem do Dia, podem ser apresentados documentos de diversa índole, nomeadamente como acabamos de ver: moções e votos de pesar. Foi apresentada uma proposta de recomendação. Reformule-se a questão, dê-se outro título ao assunto e naturalmente que as coisas podem ser discutidas.

Reconheço e partilho da opinião de que o tema IMI é extremamente importante. Há que ter de ser discutido profundamente, mas no tempo próprio, quando esse for o tema da Ordem de Trabalhos, o que não é neste momento o caso.

Sugeria, para sairmos deste impasse e para que as coisas fiquem claras, que o assunto seja discutido, porque é importante, na Comissão Permanente e voltar a falar nesta questão, eventualmente numa próxima Ordem de Trabalhos de uma nova sessão da Assembleia. Penso que esta será uma solução possível.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de janeiro e fevereiro de 2015.

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Não houve intervenções.

2. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal - RETIRADO

Presidente da Mesa – O segundo ponto da ordem de trabalhos será retirado, porque não foi possível chegar a um texto de consenso, a um texto final acerca do Regimento da Assembleia Municipal. Houve diversas dificuldades de intercorrências que não permitiram à Comissão Eventual, que tinha a seu cargo a elaboração do texto, que chegasse a um ponto em que o texto estivesse apto a ser apresentado neste plenário.

3. Deliberação n.º 89/15 – Proposta n.º 23/2015 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2014

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberaram dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 3 votos contra do PS e PSD/CDS.

A Comissão recomenda, novamente, a entrega do relatório do revisor Oficial e Contas, bem como a presença do mesmo nesta Comissão para esclarecimento de eventuais dúvidas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberaram dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e AC, 2 votos contra do PS e o voto do BE foi remetido para a sessão da Assembleia, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – A Comissão deliberou dar parecer favorável com 2 votos a favor da CDU, as restantes forças políticas remetem a sua decisão para o plenário da Assembleia Municipal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Antes de fazer a minha intervenção gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia se foi solicitado, como lhe tinha pedido na reunião da Comissão Permanente, a presença do Revisor Oficial de Contas, assim como o respetivo parecer, para a reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças?

Presidente da Mesa – Não foi pedida a presença na reunião, mas foi pedido o parecer.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Chegou hoje à tarde, por acaso uma boa altura.

Presidente da Mesa – O Sr. Deputado tem, naturalmente, conhecimento, porque lhe foi enviado com a celeridade e o tempo que foi possível.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O que é estranho. É muito estranho, mas enfim.

Agora, se o Sr. Presidente me autoriza, vou fazer a minha intervenção sobre a Prestação de Contas de 2014:

“A Câmara Municipal de Setúbal falhou, mais uma vez, na execução dos documentos financeiros previsionais, como podemos verificar na análise da Prestação de Contas de 2014.

Vejamos porquê:

A receita total prevista, no Orçamento para 2014, era de 125,6 milhões de euros. A receita total cobrada foi de 64,5 milhões de euros. A execução orçamental é de 51,4%.

E o resultado obtido é ainda pior, quando analisamos a execução da receita própria. Pois, a receita própria cobrada atingiu, apenas, 45% da prevista.

Mas ao contrário do que o executivo municipal tem afirmado, esta não é uma situação generalizada a todos os municípios.

No Distrito de Setúbal, há vários municípios cujo grau de execução da receita é superior a 80% e a média distrital ronda os 70%.

Tendo em vista verificar o cumprimento dos objetivos propostos pelo executivo municipal, analisemos a relação entre a despesa prevista e a efetivamente paga.

Assim, podemos constatar que a C.M.S., em 2014, atingiu os seguintes graus de execução:

- Despesa total – 52%;*
- Despesa corrente – 67%;*
- Despesa de capital – 34%.*

A despesa corrente teve uma execução acima do que é normal na C.M.S., porque a DGAL reteve, ao longo do ano, 20% do FEF (máximo previsto na lei) para pagar parte das dívidas em atraso à AMARSUL.”

O que estranhamente não vem no Relatório de Contas, na Prestação de Contas, que era algo que devia vir explicitado, pelo menos não encontrei.

“A fim de completar a análise dos documentos em apreço, vamos, agora, verificar o grau de cobertura da despesa pela receita.

*Para atingir este objetivo, utilizamos o grau de execução da **receita liquidada face aos compromissos assumidos**.*

A receita liquidada é toda aquela que foi emitida pela autarquia e reconhecido o direito de a receber.

Este rácio permite aferir a capacidade da C.M.S. em pagar os seus compromissos.

Constatamos que a C.M.S., em 2014, teve um grau de execução das receitas liquidadas face aos compromissos assumidos inferior a 59%, o que revela que parte relevante dos compromissos assumidos, durante este exercício, terá que ser pagos por receitas futuras.

No Distrito de Setúbal, existem municípios que apresentam um rácio superior a 100% e a média distrital ronda os 79%.

*O **passivo municipal** atingiu, em 2014, o montante de **119 milhões de euros** (- 9%).*

*As **responsabilidades de curto prazo** (dívidas a terceiros, incluindo as lançadas como acréscimos de custos), em 2014, atingiram o montante de **41 milhões de euros**.*

*As **receitas cobradas** apenas deram cobertura a **60%** das **despesas pagas, acrescidas das responsabilidades de curto prazo**.*

*Os encargos com pessoal e a gestão da dívida, pagos em 2014, mais os compromissos por pagar que transitaram de 2013 são superiores às receitas liquidadas em **24%**.*

Ora, esta constatação comprova que o endividamento elevadíssimo da C.M.S. é estrutural e vai manter-se com esta política irresponsável de se assumir compromissos sem libertar os meios financeiros necessários à sua cobertura.

*Em 31/12/2014, a **dívida a terceiros** do Município era de **77,5 milhões de euros**, enquanto em 31/12/2002 era de 76 milhões de euros.*

*Em 31/12/2014, o total dos **compromissos assumidos** por pagar era de **50,5 milhões de euros** e em 31/12/2002 era de **30,4 milhões de euros**.*

*No mesmo período, as **receitas próprias cobradas** cresceram de 28 milhões de euros para 50 milhões de euros, particularmente devido ao **IMI/CA** que subiu neste período de 6,1 milhões de euros para 24,4 milhões de euros (aumentou 4 vezes!).*

Em 2004, a C.M.S. foi autorizada a contrair empréstimos de longo prazo, ao abrigo do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, no montante de 45,5 milhões de euros que lhe permitiu pagar os compromissos assumidos e não pagos pela anterior gestão socialista, transferindo a dívida de curto prazo para longo prazo, com boas condições contratuais.

Mesmo com o CRF e o crescimento extraordinário da contribuição dos Setubalenses, através dos impostos municipais, os valores apresentados, em 31/12/2014, dos compromissos

assumidos e não pagos, comprovam, ano após ano, que a CDU/PCP não demonstra capacidade para alterar a situação financeira da C.M.S.

Se o endividamento tivesse sido provocado por despesa de investimento municipal de qualidade, ainda poderíamos enquadrar a nossa análise de forma distinta. Mas não, a execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2014 teve uma execução de 24%, (7,4 milhões de euros). Ainda por cima, a maior parte a despesa de investimento foi para pagar compromisso assumidos e não pagos de anos anteriores e gastos com a própria máquina do município.

Como é reconhecido a principal atividade da governação comunista continua a ser a propaganda, custeada com os nossos impostos.

Sim os nossos impostos, porque os Setubalenses pagam os impostos municipais com as taxas mais altas de Portugal (IMI, IRS).

Quem tanto apregoa o peso brutal da carga fiscal no País (o que é verdade), quando tem os meios de aliviar a carga fiscal aos contribuintes setubalenses, aplica-lhes as taxas máximas, ao contrário da maioria dos municípios portugueses, incluindo grandes centros urbanos.

Estes documentos espelham o resultado de 13 anos de exercício do poder pelo Partido Comunista, que revelam a incapacidade de dar um rumo que promova o desenvolvimento sustentável de Setúbal, ao mesmo tempo que esmagam os cidadãos com os impostos municipais.”.

Joel Marques (PS) – Na análise que fizemos deste Relatório da Prestação de Contas, naturalmente que temos que fazer aqui uma diferenciação entre dois pontos. Por um lado o que salta de imediato à vista, e que tem sido recorrente ao longo dos muitos anos que a CDU está no poder na Câmara Municipal de Setúbal, é a fraca capacidade de execução orçamental que resulta da sobro orçamentação, quando sistematicamente a capacidade de obter a receita se situa na ordem dos 64, 65 milhões de euros e quando sistematicamente se apresentam orçamentos acima dos 120 milhões de euros. Aliás o orçamento para 2015 teve, se não estou em erro, 3 versões, parecia o euro milhões em que todas as semanas havia *jackpot* ou todas as semanas aumentava. Quando temos este tipo de política orçamental e as receitas são estanques, porque há um limite àquilo que a Câmara pode arrecadar como receita, há um limite àquilo que se pode arrecadar, como a receita de IMI, por exemplo. A receita de IMI da Câmara Municipal aumentou 15,6%, se não houvesse um limite 0,5%, se calhar, estávamos todos a pagar 1, 2, 3% de IMI sobre os imóveis de que somos proprietários. Há um limite que está colado e definido, basta olhar para os números recorrentes de ano a ano, de 64, 65 milhões na capacidade de arrecadação de receita, mas depois não há um limite na orçamentação que se faz e isto é uma das análises que fizemos.

Por outro lado, olhando especificamente para aquilo que são os pontos desta execução, há que ter em conta que a evolução da dívida aparenta estar no bom caminho, houve uma redução de cerca de 12 milhões de euros, a qual é devido essencialmente a dois fatores, um deles é a retenção de 20% do FEF corrente e de capital para pagamento das dívidas à AMARSUL, na sequência do que foi também a penhora das contas da Câmara Municipal de Setúbal feita pela AMARSUL no ano de 2014. O outro fator são os 7 milhões de euros de amortização das dívidas de médio-longo prazo nos empréstimos bancários, por isso é que se chamam empréstimos, porque o dinheiro é para devolver, se não seriam doações. Isto é um montante que terá de reduzir de ano a ano, mas quando olhamos para os outros fornecedores comprovamos efetivamente que 34 milhões de euros continuam lá em dívida. Tive a oportunidade de dizer no mandato passado que esta Câmara deve um aeroporto à cidade de

Setúbal. Sensivelmente 34, 35 milhões foi quanto custou o aeroporto de Beja e essa dívida continua lá e estamos à espera que o aeroporto apareça aí um dia destes, porque o valor da dívida mantém-se, entretanto houve a situação da AMARSUL e reduziu por essa via, mas o restante da dívida mantém-se.

No que diz respeito aos compromissos assumidos e não pagos, é preocupante meter nos 116 milhões. No ano anterior tinham sido 117 milhões de compromissos assumidos e 44% não estão pagos e continuamos a trabalhar com a assunção de compromissos sem que haja capacidade de fazer pagamento. Se estivéssemos a falar de um ano em que houve efetivamente um volume de obras significativo, como a Sra. Presidente justificou aqui em circunstâncias anteriores, em que são faturadas num ano e depois só são pagas no ano seguinte, mas no ano transato não vimos isso, vimos uma cidade em que o volume de obras está em contenção. Também há a justificação do Quadro de Fundos Comunitários que ainda não estava disponível e que só o estará talvez mais lá para o final do mandato. Também do que são as Grandes Opções do Plano, vemos com alguma dificuldade quando temos um valor de execução bastante reduzido, 37%, 26 milhões. Vemos aqui com alguma dificuldade, também, que se concretize toda a obra que a Câmara Municipal tem vindo a prometer aos setubalenses e a verdade é que o Mecanato não chega para tudo. Viu-se isso com o Fórum Municipal Luísa Todi e veremos também com obras futuras que têm vindo a ser prometidas. É igualmente com alguma preocupação que vemos não só este cavalgar das receitas do IMI e podíamos estar aqui a falar de milhões que não vale a pena, todos estamos fartos de ouvir falar de milhões, mas é importante analisarmos que em que percentagem houve um aumento de 15,6% nas receitas do IMI. Se olharmos para tudo o que são os impostos indiretos, o IMI, o IUC, o IMT, a Derrama, temos um aumento de 13% na receita. Sistemáticamente a Câmara Municipal, e aqui o IMI tem um papel preponderante por ser um terço das receitas da Câmara Municipal, tem insistido no agravamento da carga fiscal dos setubalenses, na sua manutenção nas taxas máximas. Em todas as taxas com valores variáveis a opção é sempre cobrar pelo máximo e é com bastante preocupação que vemos essa receita crescente nos impostos diretos que depois não tem reflexo naquilo que é o pagamento a fornecedores ou naquilo que seja a realização de investimentos que tenham capacidade de gerar riqueza para a cidade.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – Consta nesta Prestação de Contas, como não podia deixar de ser, o Relatório da Descentralização, e quero aproveitar o facto de hoje ser dia de aprovação dessas mesmas contas para colocar aqui algumas questões.

Tem sido sempre de extrema importância para a nossa cidade os protocolos e a descentralização de competências com as juntas de freguesia. Está previsto no orçamento da nossa Câmara, no âmbito dos diversos protocolos, que sejam atribuídas verbas às freguesias para os vários atos que as mesmas praticam. É também normal que as juntas apresentem relatórios que espelhem a aplicação das verbas e seu resultado, porque no decorrer destes atos pede-se rigor e verdade. Tivemos acesso a um dos relatórios de uma determinada Junta de Freguesia e verificámos que na lista de trabalhadores afetos à limpeza pública, pelo menos 5 deles não estavam afetos à limpeza, mas a atos administrativos na sede da junta. Num contrato interadministrativo de manutenção de calçadas existe igualmente um contrato de prestação de serviços com um senhor cuja atividade não são as calçadas, ele é um animador cultural desde julho num Centro Comunitário. Sabe-se que é um bom animador, mas não sabemos se provavelmente será um bom calceteiro. Estou a falar no quarto trimestre de 2014 e no relatório apresentado pela União das Freguesias de Setúbal.

Senhor Presidente, perante as evidências surgem-nos fundadas razões para pretender analisar a execução destes protocolos e neste sentido requeremos, através do Sr. Presidente, que possa ser fornecido aos Deputados os relatórios trimestrais detalhados a que as Juntas de Freguesias estão obrigadas a entregar no âmbito destes mesmos protocolos. Aproveitava igualmente a oportunidade para perguntar ao executivo e à Sra. Presidente se têm acompanhado e se têm conhecimento desses mesmos relatórios?

Afonso Luz (CDU) – Antes de mais duas constatações, a primeira é que não havendo argumentos para rebater a realidade, o refúgio é na comparação orçamental e no grau de execução orçamental, quando todos sabemos que muito desse desnível entre a realidade e a execução orçamental decorre da necessidade de cumprimento de exigências formais. Depois quando toca a fazer comparações vai-se buscar o ano de 2002, esquecendo que a realidade se alterou radicalmente e especialmente depois de 2008, quando entrámos nesta política de austeridade cega.

Por último subestima-se a realidade e a realidade é esta:

“Os documentos de Prestação de Contas de 2014, que aqui estão em apreciação, merecem-nos os seguintes comentários:

1. Da análise específica dos documentos apresentados, salientamos:

- A redução da dívida a bancos em cerca de 4,5 M€ (sensivelmente o mesmo que se havia reduzido em 2013, o que quer dizer que em 2 anos reduzimos o endividamento bancário em 9 M€);

- A redução da dívida a fornecedores e outros credores em cerca de 5 M€ (sensivelmente o mesmo que tinha acrescido em 2013, o que significa que a dívida a fornecedores voltou ao nível a que estava em 2012);

- Em resultado disto, o total do Passivo Exigível (retirando, portanto, os Acréscimos e Diferimentos) reduziu, relativamente a 2013, cerca de 9 M€;

- Se contarmos, tal como a Oposição tem gostado de contar nos outros anos, com os Acréscimos e Diferimentos, então a redução do Passivo atinge os 11,5 M€;”.

Já agora, porque foi muito citado o IMI, gostaria de dizer que relativamente a 2013 o IMI subiu 3 milhões de euros, mas o passivo, volto a dizer, reduziu 11,5 milhões de euros. Não foi só à custa de impostos.

“2. Numa análise mais vasta entendemos ser de salientar o seguinte:

- Que a situação financeira deste município, como a de quase todos os outros, enfrenta grandes dificuldades, o que desde há muito não é novidade para ninguém, sendo certo que, ultimamente quando surgem notícias sobre os Municípios em maior dificuldade financeira, não temos encontrado a Câmara Municipal de Setúbal.

Temos encontrado outras, mas não a de Setúbal.

É claro que a Oposição aqui em Setúbal, para além de se mostrar muito preocupada com a situação financeira do município (o que se entenderia, porque a situação financeira é, de facto, difícil), atribui à gestão CDU responsabilidades que não lhe podem, nem devem, ser atribuídas.

Todos sabemos muito bem que as dificuldades existentes resultam de um desequilíbrio financeiro muito anterior à gestão CDU, agravadas pelas medidas que os sucessivos governos têm tomado e continuam a querer tomar, com vista a sacudir responsabilidades que são suas e a sufocar ainda mais o poder autárquico, invocando inúmeras razões, mas escondendo sempre a sua verdadeira intenção, que é provocarem a degradação da prestação de serviços pelas autarquias, pretendendo atingir, assim, três dos seus grandes objetivos:

- *Por um lado, desresponsabilizar o Poder Central relativamente a muitas das suas competências;*
- *Por outro lado, colocar em causa a capacidade do poder autárquico para a prestação de serviços de qualidade às populações;*
- *E, por último, encontrar, por esta forma, justificação para a privatização de serviços, que nunca deveriam deixar de estar na esfera pública.*

A propósito, quero aqui fazer referência ao XXII (vigésimo segundo) Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Troia, nos passados dias 27 e 28 de Março.

Creio que ninguém aqui põe em dúvida que o número de autarcas presentes nesse Congresso, afetos ao PS e ao PSD, excedem largamente os que são afetos à CDU.

Aconselho os senhores deputados da oposição, que ainda não o fizeram, a lerem o documento de Resolução aprovado nesse Congresso.

Cito só alguns extratos do que é dito nesse documento:

Entendem os autarcas, como disse, maioritariamente do PS e do PSD, existir

- *Desconsideração do Poder Local, pelo governo, que a propósito de razões de Estado e de restrições económico-financeiras, tem conduzido à degradação da autonomia local, colocando as autarquias numa situação inaceitável;*
- *Produção legislativa e prática quotidiana, em que impõem às Autarquias Locais fazerem mais, com cada vez menos meios;*
- *Registam o facto de as autarquias, apesar das limitações impostas, se substituírem e, muitas vezes ultrapassarem, as competências próprias, particularmente na educação, proteção à infância, apoio a idosos e a deficientes e na habitação social;*
- *Entendem haver violação da Lei e, em especial na Carta Europeia da Autonomia Local, no que respeita ao financiamento da autarquias, à alteração avulsa de leis que limitam o endividamento municipal, às isenções pelo Estado de impostos e taxas que são receita municipal, à imposição de redução de recursos humanos e limitações injustificadas na renovação e recrutamento de pessoal, à imposição de redução do nº de dirigentes municipais e à ingerência na gestão autárquica através da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso;*
- *Entendem que é necessário pôr termo à consignação, cativação e retenção de receitas, a que obrigam os Municípios, em violação dos mais elementares princípios de boa gestão;*
- *Entendem que a agregação, encerramento e privatizações de serviços, provocam desequilíbrios sociais fraturantes;*

Por último,

- *Consideram inoportável a redução progressiva do peso do financiamento dos Municípios pelo Orçamento Geral Estado;*
- *Tal como consideram de elementar justiça que seja reposta a taxa reduzida de IVA, na iluminação pública e nas refeições e transportes escolares.*

Tudo isto vem de uma Organização, como já disse, maioritariamente composta por autarcas do PS e do PSD.

Parece-nos que, por uma questão de seriedade intelectual, não podem os autarcas deste município pertencentes àqueles partidos, defenderem aqui em Setúbal algo diferente daquilo que os seus companheiros de partido defendem enquanto autarcas em municípios onde têm responsabilidade de gestão.

De facto os sucessivos governos têm vindo a pôr em prática políticas que tendem à asfixia financeira das autarquias, com a tentação de as transformar em meras repartições da Administração Central. E isso é inaceitável em Democracia.

Todas estas políticas têm encontrado na Câmara de Setúbal, por parte da CDU, uma forte oposição.

O Município de Setúbal encontra-se entre aqueles que estão referidos na Resolução do Congresso, que apesar das dificuldades criadas e da conjuntura de crise generalizada, tem continuado a investir e a melhorar os serviços prestados, quantas vezes indo além das suas competências próprias, em benefício das populações do concelho.

Em conclusão:

Os documentos aqui em apreço revelam que 2014 foi um ano de contenção, desde logo, ao nível dos investimentos, mas também na redução generalizada de custos, prevalecendo o objetivo de reduzir o Passivo.

Objetivo que foi conseguido sem, com isso, sair prejudicada a qualidade e diversidade dos serviços prestados aos munícipes e a quem nos visita.

Por estarmos de acordo com as opções tomadas, iremos votar favoravelmente estes documentos.”.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Estava apenas a aguardar que o executivo fizesse alguma intervenção na defesa do seu documento e como não o fez queria intervir.

Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Afonso Luz, que fez a defesa da governação civil, que acho nada de mal, mas não sou obrigado a defender as outras governações do meu partido e aquilo que os outros autarcas do meu partido defendem, não tenho nenhum controle que me faça essa obrigação.

Falou aqui várias vezes sobre a intenção do Governo de entregar a privados, serviços públicos, mas acontece que em Setúbal há um caso paradigmático. O Partido Socialista em 1997 entregou o abastecimento de água e o saneamento básico a um privado, não foi o Governo que obrigou e nem estava no programa da candidatura do Partido Socialista durante esse mandato, foi como disse o vereador de então “*um mero ato de gestão*”, e calculamos que sim. Depois a CDU fez o mesmo noutra patamar, logo que chegou à Câmara Municipal de Setúbal entregou a limpeza e a higiene pública a privados. Acho espantoso que quando são os outros a tomarem medidas desse género, estão a pôr em causa o serviço público.

Aqui em Setúbal o Partido Socialista em primeiro lugar e o Partido Comunista passados 7 anos fizeram precisamente o mesmo, entregaram dois serviços públicos, que normalmente são assumidos pelas Câmaras Municipais, a privados, o abastecimento de água e o saneamento básico, a limpeza e a higiene urbana. A CDU então foi das primeiras medidas que tomou, para não falarmos de como foi feito todo o processo e que deveria dar um livro sobre o que não se devia fazer, quer num caso, quer noutra, mas é outra história.

Em relação à preocupação do Governo de entregar serviços públicos a privados, ele não tem nada a aprender com o Partido Comunista e com o Partido Socialista aqui em Setúbal, nada. Foi o que os senhores fizeram.

Quanto à situação financeira que nós constatámos, houve uma diminuição do passivo, que eu próprio reconheço e disse-o porque não tenho o hábito de escamotear a realidade, houve uma diminuição do passivo de 9% do ano passado para este ano e é significativo. Levantei a questão porque vivo cá em Setúbal, nasci e trabalho cá, ao contrário da maioria dos Presidentes de Câmara que passaram por Setúbal, estão cá e quando acabam o mandato nunca mais voltam. O que questiono é que há um assunto fundamental na análise da situação

financeira e sustentabilidade do Município, que é aquela relação entre as receitas liquidadas e os compromissos assumidos. A situação financeira da câmara não se vai resolver enquanto continuarmos a assumir compromissos para a qual a Câmara Municipal não tem capacidade de criar riqueza, de criar receitas. Não tem! A sorte que a Câmara Municipal teve foi com o IMI, o qual representou algo de inolvidável na maioria das câmaras dos grandes centros urbanos, porque as transferências da Administração Central, mesmo em períodos de grande significado, como foi talvez o ano de 2007 o mais significativo em que o limite máximo que representaram das receitas totais da câmara foram 20%, mas hoje em dia anda à volta dos 17,5%. Não tem o valor significativo que o IMI e os outros impostos municipais que os setubalenses pagam. Uma parte das transferências da Administração Central é o IRS, que é a verba mais significativa e é das nossas contribuições diretas, que pagamos os 5%, e outras Câmaras Municipais da dimensão da Setúbal e maiores pagam metade daquilo que pagamos e devolvem pelo menos metade, devolvem 2%, 1%.

Em Setúbal os impostos são ao máximo, o IMI é 0,5%, estes impostos são pagos no máximo. Tão preocupados que estão com o valor de IMI que as pessoas pagam. A Câmara Municipal de Setúbal tinha os meios, os instrumentos necessários e suficientes para colmatar com moderação, não podia baixar o IMI de 0,5 para 0,3% pelo estado financeiro que a Câmara Municipal se encontra, mas podia ter dado uma visão aos contribuintes setubalenses de que o IMI, que a maior parte das pessoas pagam é das casas onde habitam, poderia ter diminuído para 0,45, para 0,4 e a Câmara Municipal de Setúbal podia aguentar isso até ao aumento que o IMI vai ter entre 0,45 e 0,4. Isto resolvia o problema da cláusula de salvaguarda que tanta questão foi levantada nos últimos meses. É algo que outras Câmaras Municipais do Distrito têm, porque dos 308 concelhos o IMI é aplicado ao máximo em apenas 50 municípios e também há muitos onde o IRS é devolvido aos seus cidadãos, parcelarmente por ser uma fonte de receita do município. É constatar a questão da devolução do IMI por ser uma forma de libertar os cidadãos dos impostos que pagam.

Não se pode estar a dizer que a Administração Central, que o Governo aplica impostos elevadíssimos, é verdade, mas quando temos a oportunidade de colmatar o limite do município, fazem precedente do mesmo, é o máximo que poderem aplicar. Esta situação é que é um facto e viu-se a situação da diminuição do passivo da Câmara e é evidente, porque houve uma quebra dramática no investimento. É lógico e não é preciso ser nenhum especialista para saber isso, sempre foi assim na Câmara Municipal de Setúbal, no momento em que cai o investimento o passivo começa a diminuir, no momento em que aumenta o investimento isto entra em descalabro. Porquê? É importante que as pessoas saibam isso, porque ao longo destes anos as receitas correntes subiram entre 2002 e 2014, 35 milhões de euros para mais de 62 milhões de euros e as despesas correntes passaram de 35 milhões de euros para 56 milhões de euros. Isto é o que está a acontecer e houve uns anos em que as despesas com pessoal não tiveram o aumento normal, porque houve cortes significativos.

Se formos acrescentar às despesas correntes pagas dos 53 milhões, se formos pôr aos compromissos assumidos e não pagos as receitas correntes são 84,6 milhões. No final de 2014, os compromissos assumidos pela Câmara Municipal, isto é, a análise das despesas correntes a nível de contabilidade nacional, o que foi pago foram 53,5 milhões de euros, mas os compromissos assumidos em 2014, a nível de despesas correntes, foi 84,6 milhões de euros, dos quais mais de 47 milhões de euros são de aquisição de bens e serviços. A aquisição de bens e serviços de 2013 para 2014 tiveram um aumento de 9,33%, a inflação foi praticamente zero de um ano para outro, e isso é extremamente significativo. Claro que o

investimento teve uma diminuição de 14,65% o que também já se tinha percebido e já tinha havido uma diminuição em 2013.

A situação da Câmara Municipal de Setúbal, apesar do passivo ter diminuído, o que não é uma descida sustentável, porque os problemas que a Câmara Municipal de Setúbal tem mantêm-se, que são o conjunto de compromissos que têm sido assumidos e que não há capacidade de receitas para pagar esses compromissos. Esse é que é o problema e é sobre isso as nossas preocupações, à nossa intervenção sobre este assunto e além disso a transferência das responsabilidades da Administração Central para os municípios. Sou defensor, há muitos anos, da transferência de responsabilidades na área social para os municípios, na educação, na saúde e na ação social, acho que os municípios podem e devem ter uma capacidade muito mais eficaz e mais eficiente de servir a população que a Administração Central, os serviços de proximidade. Sempre defendi isso, não é de agora, e acho que o atual sistema que está a ser implementado é muito mais claro do que era antigamente. Antigamente o Governo fazia um decreto e transferia a responsabilidade A, B, C e D para as autarquias e depois havia a guerra normal em que achavam que o pacote financeiro que o Governo transferia não era o suficiente para as autarquias, era sempre essa a questão. Agora a proposta que neste momento está em prática e que cerca de uma dúzia de municípios já aceitaram é diferente, é negociado caso a caso entre as Câmaras Municipais e a Administração Central, quais são as atribuições que as câmaras estão disponíveis a receber e os meios financeiros que o Estado lhes vai transferir. Isso é uma das formas mais claras de transferências. Só as Câmaras Municipais que quiserem aceitar essa responsabilidade é que a aceitam, não há nenhuma imposição legal, através de Decreto-lei, que obrigue as Câmaras Municipais a aceitarem responsabilidades, como já aconteceu no passado e naturalmente que as câmaras têm razão pela existência de algum desfasamento entre responsabilidades e encargos com as transferências de dinheiros da Administração Central. Julgo que nesse capítulo a atual política vai no bom caminho, no que entendo.

Em relação à Câmara Municipal não consigo perceber de que forma é que vão superar os graves problemas financeiros que encontro. Podem ter momentaneamente algum alívio, mas uma Câmara Municipal em que é retido 20% do FEF, que é o limite máximo, não é propriamente uma câmara que viva à vontade. A Câmara Municipal de Setúbal está no limite, na margem, ainda bem que não ficou abrangida pelo sistema de saneamento financeiro, não quero que aconteça nada de mal à Câmara Municipal da minha terra e onde vivo, mas ela está no limite que a lei estabelece para o sistema financeiro. Espero que para o ano esteja melhor até porque é a média das receitas dos últimos três anos e das receitas correntes, elas têm aumentado significativamente, principalmente por causa do IMI, o que vai libertar essa situação. Mas não podem vangloriar-se disso, porque ela está no limite, e sei que há Câmaras Municipais em pior estado, mas está no limite e não vale a pena estar sempre a referir o passado, é que o passado já foi há 13 anos e tem muitos erros. Os senhores herdaram do Partido Socialista uma situação financeira pesadíssima, mas não vale a pena, ano após ano, ao fim de 13 anos, continuarem a justificar-se pelo passado, começa a ser insustentável essa justificação. Também já cá estão há 13 anos e já tiveram tempo de melhorar e muita coisa mudou, principalmente a nível de receitas, já tiveram possibilidade de superar a herança pesada que receberam, até porque fizeram um Contrato de Reequilíbrio Financeiro e transformaram 45 milhões de euros de curto prazo em longo prazo a taxas bastante simpáticas.

Afonso Luz (CDU) – Oh Sr. Deputado Paulo Valdez, quem falou aqui primeiro no passado foi o senhor quando fez comparações com 2002.

Mas pedi a palavra também para desfazer aqui um sufismo, sei que foi utilizado apenas para baralhar, porque o Dr. Paulo Valdez sabe bem a diferença entre privatizações e concessões ou prestações de serviço a privados. Uma situação é a concessão que foi feita do abastecimento de água, a outra é a prestação de serviços de limpeza higiene e urbana, que de alguma forma têm muitas possibilidades de serem reversíveis e outra situação são as privatizações que muito dificilmente serão reversíveis e voltarão à esfera pública.

Sobre a questão que levantou do IMI, gostava que acima de tudo pressionassem o vosso Governo para baixar a taxa máxima, isso é que seria interessante, e não deixar esse ónus para as autarquias, da mesma forma que deveriam pressionar a DGAL para que em relação a Setúbal respondam ao requerimento que já foi enviado há imenso tempo para saber se de facto temos ou não imposições acerca do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Depois de termos resposta a essa questão e de o vosso Governo baixar a taxa máxima talvez então tenhamos possibilidades aqui de encarar a receita do IMI de outra maneira.

Manuel Fernandes (PS) – Foram feitas aqui algumas menções a alguns Governos do Partido Socialista aqui nesta Câmara, do passado, e no que diz respeito àquilo que foi considerado privatização das Águas do Sado, que como já foi referido na intervenção que me antecedeu, obviamente que não foi uma privatização, mas uma concessão. Para além disso devo dizer que essa concessão foi bem-feita Sr. Deputado, foi bem-feita e o Partido Socialista não tem problemas, nem de urticária e nem outro tipo de problemas em relação às privatizações ou concessões desde que elas sirvam os intentos do interesse público, que foi o caso.

Dentro daquilo que é o interesse público gostaria de frisar o caderno de encargos ou parte dele onde está adstrito as obrigações das Águas do Sado:

“Operar as instalações que se definem nos preceitos técnicos, garantindo todas as exigências do caderno de encargos alusivas ao mesmo;

Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação necessários ao perfeito estado de elementos de construção civil das infraestruturas postas à disposição;

Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação adequados aos equipamentos elétricos, eletrónicos, mecânicos, eletromecânicos dos sistemas;

Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação das instalações de sistemas;...”.

Não quero ser exaustivo Sr. Deputado, mas há aqui algo que nós poderemos concordar, porque todas estas especificidades e outras que dizem respeito ao que é o trabalho das Águas do Sado não o teriam se não fosse esse contrato de concessão, pela simples razão de que toda esta responsabilidade, toda esta estrutura e despesas teria que ser arcada pela Câmara Municipal. O contrato de concessão foi o melhor que poderia ter acontecido em data e *timing* perfeitos, porque desde então para cá, o Sr. Deputado tal como eu sabe não existir nenhuma reclamação em relação à qualidade da água. Porventura já tive a oportunidade de visitar as instalações e de falar com os profissionais, inclusive com a própria técnica, e o que é unânime a todos os que lá trabalham é que, desde que foi dada a concessão às Águas do Sado, foram feitos investimentos naquilo que é a rede de águas pluviais e da rede de águas da nossa cidade. Os investimentos que foram feitos a Câmara Municipal de Setúbal não tinha condições de os comportar, caso o contrato de concessão não tivesse sido efetuado. O que aconteceu desde a concessão para cá só traz benefícios para a população de Setúbal e de Azeitão. O contrato de concessão realizado em 1997 foi uma boa opção.

Gostaria ainda de dizer que já foi aqui frisado e é um tema recorrente, que quando se fala de contas fala-se das contas do passado. As contas do passado são menos de metade, ou seja, o passivo do passado é menos de metade do que é o passivo atual, apesar de ter existido uma redução em 2014. Ainda assim as contas herdadas por este executivo ou pelo executivo em 2002, é menos de 50% do que é o passivo atual. Apesar dessa redução, ainda podemos considerar que o passivo de 2001 se deveu precisamente e principalmente à habitação social. Era a preocupação social que norteava a Câmara Municipal, algo contrário ao que é a situação atual, porque a habitação social, Srs. Deputados e caros membros do executivo, nem vê-la, não há programas de habitação social. Não há programas, não há candidaturas e não há dinheiro gasto em habitação social. O que existe atualmente não tem nada a ver com as prioridades de então e percebi muito bem por que razão é que a Sra. Presidente, aquando da minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, deu apenas uma pincelada naquilo que diz respeito aos números do desemprego, percebi claramente.

O que foi mencionado no Período de Antes da Ordem do Dia são resultados de 13 ou 14 anos de governação e é por isso que teve que se dar uma pincelada, e é por isso que se ignorou os números, porque eles estão aqui e não vale a pena esconder e isso traduz o que é a falta de preocupação social, porque as prioridades foram outras e o passivo hoje de 119 milhões resulta de outro tipo de prioridades que não a preocupação social. O passivo de 2001 resultou de preocupação social e o passivo de 2014 resultou de outro tipo de preocupações com obviamente algum foguetório à mistura que não tem como principal preocupação o que é a sociedade e a carência social do momento. Como estamos a viver um momento periclitante, este passivo, para além de ser mais de o dobro, ainda é mais preocupante, porque não resultou daquilo que são as preocupações sociais do concelho.

Presidente da Câmara – De facto não me foi posta nenhuma questão para responder, mas relativamente ao debate houve a oportunidade de esclarecer algumas questões para algumas pessoas que estão um pouco distraídas.

Quanto à última intervenção lembrar o Sr. Deputado que em relação à habitação social o investimento foi feito na base de um programa em que era quase todo pago pelo Governo Central, por isso é falso o que disse. A dívida que cá ficou não foi por causa do programa da habitação social, é falso. Estão as contas nos empréstimos de médio/longo prazo e nos mapas, e se quiserem podemos fazer a distribuição. A maior parte desses empréstimos até estão todos liquidados e a dívida que cá ficou dos 45 milhões, que foi alvo do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, não tinham um cêntimo do dinheiro da habitação social. É falso. O que lá estava, dos 20 milhões que já estavam no empréstimo de médio/longo prazo quando cá chegamos, era dinheiro referente à construção de habitação social, construção essa que foi feita no âmbito do Programa do Governo, no âmbito de alguns favores que fizeram ao Governo Central, contrapartidas, trocas que fizeram ao Governo Central, e tiveram o desprante de receber prédios da Quinta dos Vidais que já estavam a precisar de obras e prédios da Bela Vista. Tiveram o desprante de os receber na situação em que já estavam a troco da construção do Pavilhão de Aranguês, o qual não foi feito por vocês, foi feito por nós, para cumprirmos uma promessa que o anterior Presidente tinha feito àquela comunidade escolar.

Esta é a realidade Sr. Deputado e se quiser apresento os papéis, porque eles existem e eles estão nos documentos da contabilidade e o que o senhor disse é falso. Os senhores não tiveram preocupações nenhuma com a habitação social, herdaram um projeto que o Governo Central, na altura o Prof. Cavaco e Silva era o Primeiro-Ministro, salvo erro, lançou esses programas

para a habitação social, assim os lançassem hoje, porque nunca mais foi aberto nenhum PER, nem algo que o valha, nunca mais. Os senhores tiveram no Governo depois disso e não lançaram nenhum programa social para a habitação social, zero, foi o Partido Social Democrata, portanto é falso o que o senhor disse.

Lembrar que o Contrato de Reequilíbrio Financeiro não veio resolver as questões sociais, já cá estavam 20 milhões e parte deles, repito, é que era de habitação social e foi feito o quê ao resto dos 45 milhões? Aos 45 milhões, que tivemos que fazer o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, foi feito o quê? Centenas, centenas de vias de comunicação, asfaltamos novas vias e outras foram reabilitadas e estão todas aí identificadas.

Foi feito o quê nas escolas? Quase todas as escolas estavam em regime duplo, hoje falta-nos uma escola para estar tudo em regime normal. Foi feito o quê nos pré-escolares? Era uma vergonha, só existiam dois pré-escolares. Foi feito o quê nos mercados? No Mercado do Livramento os ratos passavam nos pés das pessoas, estão aí os comerciantes que o digam, porque na altura tinham vergonha de o dizer e chamavam-me para ver o que lá estava. Fizeram o quê no Mercado 2 de Abril? Fizeram o quê no Mercado da Conceição? Fizeram o quê nos cemitérios? Quando cá chegámos disseram que não tinham sítio para enterrar os mortos. Fizeram o quê nos Arquivos Municipais? Fizeram o quê na cultura? Fizeram o quê no desporto? Não fizeram coisa nenhuma e ficou cá 45 milhões de euros para quê? Foram gastos onde? Gostávamos de saber isso.

Em relação à concessão das Águas do Sado gostávamos de saber onde estão os 10 milhões que foram entregues à cabeça quando foi feito o contrato de concessão, os 10 milhões de contos que significam hoje 50 milhões de euros. Esse foi o vosso Contrato de Reequilíbrio Financeiro em 1999, ou 2000 ou 2001. Onde é que está o dinheiro? O que é que foi feito nesta cidade? O vosso incómodo é como é que está esta cidade, esse é que é o vosso incómodo. Como é que está aquela zona ribeirinha.

Hoje apoiamos 227 associações e o que é que vocês cá tinham? Sim, existiam algumas.

Não era para intervir em relação à Prestação de Contas, porque a CDU fez muito bem a fundamentação e também não me foi colocada nenhuma questão, mas já agora queria só dizer que em relação à avaliação global, todos os resultados relatados foram obtidos na prossecução de uma política de gestão centrada no tenso esforço de contenção de gastos continuando todavia a assegurar-se a promoção da qualidade de vida dos nossos munícipes. Isto foi feito com a Câmara Municipal, com as Juntas de Freguesia, com os nossos trabalhadores, com todas as Associações e essencialmente com toda a Comunidade Escolar. O ano em apreço tem um aumento de receita arrecadada, já foi aqui reconhecido, o que levou a uma melhoria dos resultados da Autarquia.

Quanto ao balanço quero-vos dizer que o imobilizado municipal, não sei se sabem o que é, cresceu relativamente ao ano anterior no montante de três milhões, novecentos e seis mil euros, justificável pelo aumento das imobilizações corpóreas apesar da diminuição das imobilizações incorpóreas e dos bens do domínio público.

A dívida de terceiros de curto prazo, a dívida que outros têm para com a Câmara Municipal, ascende o montante de vinte e seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil euros.

Os fundos próprios somaram duzentos e quarenta milhões, cento e setenta e sete mil euros restando-se um acréscimo de vinte e três milhões, seiscentos e catorze mil euros relativamente ao ano transato.

O resultado líquido do exercício é de dezassete milhões, quatrocentos e quinze mil euros, significando um aumento de doze milhões, duzentos e setenta e quatro mil euros o que ficou a

dever-se a uma redução generalizada dos custos aliada a um aumento generalizado dos proveitos.

O passivo ascende a 119 milhões de euros, e quero lembrar o Partido Socialista que destes 119 milhões, trinta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil euros foram referentes ainda às dívidas que constituem hoje o empréstimo de médio/longo prazo, e trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil euros são de curto prazo, um milhão, trezentos e quarenta e nove mil euros são provisões para riscos e encargos, quarenta milhões, trezentos e trinta e oito mil euros são de acréscimos e deferimentos.

Em relação ao passivo do ano passado diminuiu onze milhões, quinhentos e vinte e seis mil euros devido a uma diminuição generalizada da dívida a terceiros que era de médio/longo prazo, e uma acentuada diminuição das provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais. Foi conseguida uma redução da dívida de curto prazo de 3,9%, registe-se ainda que a diminuição continuada nas dívidas a terceiros de médio/longo prazo foi devido à amortização dos empréstimos contraídos e não foi contraído nenhum empréstimo da nossa parte durante este tempo.

Relativamente aos custos e a perdas operacionais, suportados pela autarquia em 2014, totalizam cinquenta e seis milhões, duzentos e seis mil euros, tendo havido uma diminuição desses custos em 2,8%.

As despesas suportadas com remunerações e respetivos encargos sociais e os fornecimentos a serviços externos representam 78% dos custos e perdas operacionais, sendo as despesas com maior impacto na operacionalidade da atividade da autarquia.

Relembro que estes custos da operacionalidade, muitos deles têm que ver com o IVA a 23%, com o aumento exponencial da EDP, com os custos suportados pela saúde sem que tenhamos faturas desses mesmos custos e que têm que passar para a ADSE 300, 400, 600 mil euros, etc.. Referente a quê? Eles que nos obrigam a termos transparência na apresentação das contas, é referente a quê? Não se sabe. Têm que pagar. Muitos desses custos estão aqui refletidos.

As despesas com pessoal diminuíram em cerca de oitocentos e cinquenta mil euros, o Imposto Municipal de Imóveis, é verdade que é o imposto com maior relevância na autarquia, restando o valor de vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil euros, apresentando um aumento de três milhões, trezentos e oito mil euros face ao ano anterior.

Relembrar ainda a pergunta que foi feita pelos Deputados do Círculo de Setúbal do CDS-PP na Assembleia da República, à qual não tivemos resposta. Em fevereiro pegamos no parecer da DGAL e pedimos uma esclarecimento do mesmo e até hoje não obtivemos resposta. Portanto é muito fácil dizer que a Câmara Municipal, e é um facto, continua nas 50 Câmaras em que têm o valor do IMI mais alto, mas estamos disponíveis para o baixarmos, assim venha escrito preto no branco que podemos fazer essa redução e já o dissemos várias vezes.

Sabemos da recomendação do Partido Social Democrata, porque foi discutido na comissão e foi-nos transmitido, como é óbvio, pelos Deputados Municipais da CDU. Estamos disponíveis para discutir essa recomendação, temos que fazer exatamente o mesmo que fizemos em relação à cobrança do IMI, que foi feito de um ano para o outro. Foram feitas avaliações dos custos, foi demonstrado e foi fundamentado perante a DGAL que o equilíbrio em relação à majoração e à minoração iria sensivelmente ter o mesmo resultado financeiro, o qual foi aprovado. Quando esta situação foi colocada dissemos imediatamente que era só fazermos contas para fazermos essa proposta no próximo ano, caso a fundamentação seja apresentada à DGAL e seja aprovada, porque não temos problema algum em relação a isto.

É engraçado que ninguém refere esta obrigatoriedade, isto é escamoteado e estamos a fazer política. Não é dito às pessoas que a proposta dos sucessivos Governos em relação à

reavaliação dos imóveis, que foi o causador deste aumento exponencial do IMI, não é referido que a Câmara Municipal de Setúbal não pode. Não vamos assumir a responsabilidade de mexer naquilo que for e nem decidir baixar sem que o Governo Central, face ao nosso Contrato de Reequilíbrio Financeiro, diga preto no branco que nós podemos fazê-lo.

As receitas totais da autarquia aumentaram ligeiramente 0,9%, ou seja, no montante de quinhentos e sessenta e nove mil euros resultante do aumento do recebimento da receita corrente de mais quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil euros apesar da diminuição das receitas de capital em três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil euros.

As receitas de capital diminuíram em relação ao ano transato 62%, porque se acabou as 8 operações que tínhamos a decorrer relativamente ao QREN, portanto não há entradas por esta via e como não há entradas também não houve despesa em relação à comparticipação municipal.

As transferências provenientes do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Variável no IRS, perfazem o montante de onze milhões, duzentos e vinte e quatro mil euros, diminuindo em trezentos e dezoito mil euros comparativamente ao ano de 2013. Estes trezentos e dezoito mil euros são relativos às retenções que estamos sujeitos por força do pagamento que tivemos que fazer à AMARSUL.

As despesas pagas totalizaram sessenta e cinco milhões, seiscentos e treze mil euros, restando o aumento de 5,5% no montante de três milhões, quatrocentos e trinta e um mil euros por força do saldo transitado.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, na distribuição das funções sociais abrangidas pela atividade municipal teve a maior taxa de execução, 70,5%. Imaginem para quem diz que nós temos como outras prioridades que não as funções sociais. É só ler a Prestação de Contas que está lá tudo. As funções sociais são aquelas que tiveram uma taxa de execução de 70,5%, as funções económicas tiveram uma taxa de execução de 17%, outras funções 6,4% e as funções gerais 6%.

As funções sociais são claramente as prioridades e orientações estratégicas do executivo assumindo despesas no valor de quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e cinco euros no âmbito dos resíduos sólidos, que são funções sociais, e foram onze milhões, quinhentos e trinta e sete mil euros, a proteção de meio ambiente dez milhões, novecentos e setenta e sete mil euros, na educação gastámos cinco milhões, oitocentos e trinta e cinco mil euros, na cultura quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil euros, no saneamento três milhões, setecentos e noventa e sete mil euros e no abastecimento de água três milhões, seiscentos e noventa e seis mil euros.

Quanto às Grandes Opções do Plano que previam no ano de 2004 uma dotação inicial de setenta milhões, novecentos e vinte e dois mil euros, tendo a dotação final atingido de setenta milhões, novecentos e dezassete mil euros.

Relativamente à estrutura do endividamento médio/longo prazo temos aqui alocados 33%, em relação à liquidez imediata e as disponibilidades são de 15% das dívidas de curto prazo do município.

Os indicadores de análise orçamental, as receitas correntes, como já disse, cresceram mais do que as despesas correntes e relativamente aos meios financeiros os passivos reduziram e as receitas de capital diminuíram fortemente por efeito do QREN. As receitas correntes fortaleceram a sua posição no valor global das receitas e em relação à análise dos compromissos assumidos e por pagar, o valor dos compromissos assumidos em 2014 foi de sessenta e dois milhões, setecentos e quarenta mil euros, totalizando o montante de cento e

dezasseis milhões e noventa e quatro mil euros com os compromissos transitados, havendo uma redução de um milhão e oito mil euros nas despesas assumidas.

Houve uma redução nos compromissos por pagar no montante de quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil euros, invertendo-se assim a tendência dos anos anteriores.

O saldo de gerência anterior foi de cinco milhões, duzentos e setenta e três mil euros, composto por três milhões, trezentos e trinta e um mil euros na execução orçamental e um milhão, novecentos e quarenta e dois mil euros em relação às operações de tesouraria.

Durante o ano foram arrecadados sessenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil euros em receitas orçamentais e realizaram-se sessenta e cinco milhões, seiscentos e treze mil euros nas despesas orçamentais, sendo o montante de execução orçamental para a gerência de dois milhões, duzentos e quarenta e um mil euros, acrescidos de um milhão, setecentos e cinquenta mil euros de operações de tesouraria, perfazendo assim um total de três milhões, novecentos e noventa e um mil euros.

A dívida bancária municipal no final de 2014, o valor de capital em dívida de empréstimos municipais era de trinta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil euros contra quarenta e quatro milhões e trinta e nove mil euros em 2013 e quarenta e oito milhões, quinhentos e oito mil euros em 2012.

É de ressaltar que a autarquia está a concretizar a intervenção da reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças, no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana para o Arrendamento Habitacional, dentro do Projeto “Reabilitar para Arrendar”, promovido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação, cujo financiamento é efetuado através da concessão de um empréstimo no montante de duzentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e três euros.

Relativamente ao endividamento municipal, em 2014 entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais, a Lei 75/2013, de 12 de setembro, em que é estabelecido um novo indicador para o endividamento municipal, o qual chama-se “dívida total”. No ano passado foi apurado o limite da nossa dívida total, sendo que este corresponde a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores no montante de oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil euros. Quer dizer que a dívida total do Município de Setúbal era de setenta e cinco milhões, setecentos e quatro mil euros. A situação atual da dívida total do município, face ao limite legal, apresenta uma margem no valor de sete milhões, novecentos e trinta e um mil euros.

O limite do endividamento de médio/longo prazo era de quarenta milhões, duzentos e noventa e mil euros e no ano de 2014 a autarquia teve um endividamento de trinta e um milhões e vinte e nove mil euros, obtendo assim uma margem, face ao limite, de nove milhões, duzentos e sessenta e dois mil euros, o que significa que estamos acima do limite.

O limite do endividamento de curto prazo era de quatro milhões e vinte e nove mil euros e como não foi contraído nenhum empréstimo de curto prazo a autarquia ficou com uma margem igual ao limite.

A Prestação de Contas relativa ao ano que acabou é uma Prestação de Contas transparente e rigorosa, demonstra bem o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e pelas nossas juntas de freguesia num dos anos mais difíceis e exigentes das últimas décadas. O quadro geral que tem-se agravado nos últimos anos, e não apenas por responsabilidade do Governo, é o de redução das transferências para as autarquias, imposição de barreiras à sua atividade, limitação da possibilidade de contratar pessoal para a concretização das suas mais básicas responsabilidades e acima de tudo a divulgação de um discurso de ataque às autarquias e aos autarcas responsabilizando-os pelo mal dos outros no Governo da República que criaram.

A transformação da cidade e do concelho, em resultado da estratégia definida de trabalhar sempre para termos mais cidade, está a produzir resultados visíveis na procura turística e na procura de novos investidores, o que nos traz mais trabalho e mais riqueza.

A par de todos os projetos implementados e que a autarquia irá dar continuidade, outros surgirão em 2015 e nos anos seguintes sempre condicionados pela nova aprovação do quadro comunitário 2020.

Assim, em termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se a transição do resultado líquido do exercício, que é notável, no valor de dezassete milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos para a conta 59 de resultados transitados. É evidente que é um número contabilístico, mas revela bem o excelente desempenho que as autarquias locais, neste município, têm executado.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Depois da intervenção da Sra. Presidente da Câmara há aqui algumas questões que se levantam e algumas dúvidas que tenho acima de tudo. Em primeiro lugar, ao referir-se ao resultado líquido dos 17 milhões de euros, como nós sabemos com a estrutura de balanço que tem uma Câmara Municipal aqueles 17 milhões de euros não querem dizer nada, se eles fossem efetivamente lucro do exercício a Câmara Municipal estaria hoje em dia numa situação financeira diferente. No balanço entram valores do imobilizado que não é como o das empresas, a maior parte do imobilizado da Câmara Municipal de Setúbal não é vendável e tem como capital social o património, o que também é algo de “fictício”, não tem substancialmente o valor que tem o capital social de uma empresa, que é a entrada de dinheiro real. Por isso os 17 milhões, como a Sra. Presidente disse no fim e é verdade, é meramente contabilístico, porque se fosse real a Sra. Presidente hoje sentia-se muito mais à vontade perante a situação financeira da câmara e não está, porque ter 17 milhões ou ter 5 milhões... No ano passado tinha 5 milhões e agora teve 17 milhões e não foi aí que se alterou a situação financeira da câmara, por isso fica bem, mas não tem qualquer efeito prático.

Há outra questão que também seria importante que a Sra. Presidente esclarecesse. É verdade que aumentou bastante, é um valor significativo as dívidas de terceiros à Câmara Municipal e até perguntei na reunião da Comissão de Finanças o que é que isso representa, isto é, que valor daqueles valores a Câmara Municipal tem capacidade de os reaver? Há lá uma parte que não vai reaver, não sei quanto, mas não vale a pena ter no ativo 28 milhões de dívidas de terceiros, o que devia ter era uma parte deles já coberto por provisões, porque são dinheiros que não vão receber, além disso há o valor da questão relacionada com as Águas do Sado que são uns 12 milhões de euros e que vão passando de ano para ano. Não estou a dizer que a Câmara Municipal não os vá receber, mas é um capítulo tão significativo que devia haver uma explicação da forma de decompor aquela verba e depois há verbas em taxas, etc., que vão existindo ano após ano. Devia haver uma justificação e uma decomposição a sério daqueles 26 milhões de euros, porque possivelmente há uma parte que a Câmara Municipal não vai receber, por isso é um ativo fictício e devia de ter dado conta no passivo com provisões.

Há aqui outros aspetos que a Sra. Presidente falou e bem, em relação à ADSE, e sei que saiu legislação para que este ano até 30 de abril as Câmaras Municipais possam informar a Administração Central dos números de contribuinte dos trabalhadores para que elas passem a pagar exclusivamente o valor real e não o valor previsional baseado nos consumos de 2009, segundo ouvi dizer, mas como é variável também não consigo saber o motivo. Se as Câmaras Municipais assim o entenderem podem recorrer a esse mecanismo, pelo menos foi o que li na comunicação social sobre um debate em que falaram nisso. Como a Sra. Presidente tem reclamado e bem por não saber qual é o valor de suporte que o Estado pede para financiar a

ADSE, julgo que irá aproveitar esse mecanismo, porque assim nos próximos anos já só vai pagar aquilo que realmente foi custo provocado pelos trabalhadores da Câmara Municipal na utilização da ADSE.

Depois a Sra. Presidente também falou que, além do IMI, tem um cuidado enorme, e fica-lhe bem, sobre não baixar o IMI sem ter um comprovativo da tutela se o pode fazer ou não. É uma prática cuidadosa, só que estranhamente em relação ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro no despacho conjunto que o autorizou também estabelece que a Câmara Municipal não pode aumentar as suas despesas correntes e coloca um limite. Nunca vi grande preocupação nisso, sinceramente, nem nunca vi nenhuma análise sobre essa evolução e a Administração Central também nunca se preocupou muito com isso. Por isso fico sempre espantado como há tanta preocupação a nível da receita, isto é, dos impostos que os cidadãos pagam e muito menos cuidado quando é a nível da despesa que tem um limite e está no Contrato de Reequilíbrio Financeiro bastante claro. O IMI não está no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, o único que está é a Derrama, não há mais nenhum. Por isso não há mais nenhum imposto no âmbito municipal que seja referido no Contrato de Reequilíbrio Financeiro e o IMI também não está, nem a Contribuição Autárquica que já existia quando saiu o despacho e que tinha uma estrutura similar ao IMI.

Outra coisa que eu também fiquei com algumas dúvidas foi quando a Sra. Presidente há pouco disse, só se eu não tenho o mesmo documento, que nas funções sociais, na execução do Plano de Atividades Municipal, tinha tido setenta e tal por cento, mas o documento que me deram diz que tem 43,62%, possivelmente está errado, deve ter havido alguma falha. É 43,62% que eu tenho, na página 94 do *dossier* que me entregaram, diz aqui: “*Execução do Plano de Atividades Municipal, 2.2 Funções Sociais, tinha previsto 31.613.230,00€ (trinta e um milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e trinta euros) e foi executado 13.790.502,53€ (treze milhões, setecentos e noventa mil, quinhentos e dois euros e cinquenta e três cêntimos), execução financeira anual, 43,62%.*”. É o que está cá.

A Sra. Presidente falou em setenta e tal por cento, aqui está 43,62%, espero que me envie a folha retificativa da execução do Plano de Atividades. Foi isto que estranhei.

Em relação ao balanço julgo que, enquanto a estrutura contabilística que os municípios têm, o estudo deve ser feito fundamentalmente na análise de despesas e receitas efetivamente recebidas e efetivamente pagas, compromissos assumidos e receita liquidada. Isso é mais do que o balanço e no balanço o que é importante é aquilo que a câmara deve a terceiros e aquilo que terceiros devem à câmara, mais as disponibilidades.

Quanto ao resto, a situação líquida e o imobilizado numa Câmara Municipal tem pouco, quis-se aplicar um balanço como se aplicam nas empresas onde no património da empresa o imobilizado pode ter significado, podem vender uma fábrica e recuperar milhões, aqui não se pode vender ruas, nem escolas, nem nada. Pode haver uma ou outra instalação, como terrenos, que a Câmara Municipal anda a vender há dezenas de anos, mas também não tem grandes compradores, mas é esta realidade que é enganadora na análise do balanço.

Relativamente às receitas e despesas, compromissos assumidos e receita liquidada, é o que é preocupante na evolução da câmara e espero que para o ano essa situação também seja melhorada como este ano foi em relação ao passivo.

Ausentou-se da sala de sessões o Sr. Deputado José Luís Barão, não voltando a fazer parte dos trabalhos.

Joel Marques (PS) – Com a intervenção da Sra. Presidente ficamos com a ideia que a elevação de Setúbal a cidade não aconteceu a 19 de abril de 1860, deve ter acontecido em agosto de 2006, quando a senhora foi elevada a Presidente. A senhora parece que se esqueceu que enquanto o Partido Socialista foi poder construíram-se pavilhões, piscinas, uma ETAR, houve um elevado investimento no abastecimento de água, construíram-se jardins, o da Bela Vista, o de Vanicelos, o da Algoideia, fez-se intervenções importantes no Jardim do Bonfim, comprou-se o Edifício Sado, comprou-se o Cine-Charlot e o Fórum Luísa Todí, que hoje é o seu orgulho, comprou-se o edifício que não era da Câmara Municipal, foi o Partido Socialista que o comprou, apoiou-se o Festroia, apoiaram-se os clubes.

É relevante ressaltar que a cidade não começou a existir nem em 2002, quando a CDU tomou posse, nem em 2006, quando a senhora foi elevada a Presidente, a cidade já existia e já existia obra nesta cidade. O dinheiro que entrou nos cofres da câmara também foi investido nesta cidade, não é só com o dinheiro que não há que se investe, também é com o dinheiro que entra na câmara que se investiu e investiu-se muito.

Presidente da Câmara – Em relação à ADSE, de facto há essa disposição, mas já dissemos à DGAL que temos os números de contribuinte das pessoas e disseram-nos que quando tiverem oportunidade darão resposta. Pedimos para nos enviarem as faturas para fazermos contas e responderam-nos: “*Quando houver oportunidade.*”.

Em relação ao limite do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, nós cumprimos Sr. Deputado, nós temos aqui o despacho do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. No que respeita à contenção da despesa e à evolução das despesas com pessoal corresponde ao aumento das respetivas remunerações, e cumprimos. A evolução das despesas correntes não ultrapassa a taxa de crescimento prevista pelo Orçamento de Estado, e cumprimos. É verdade que cumprimos. Nós enviamos para lá os relatórios e temos tido auditorias permanentes e o resultado é que há o cumprimento desses limites.

Em relação às funções sociais, não disse que executámos 70 milhões, ou se calhar fui eu que percebi mal. Sim, 70%. Está na página 30 e 31, depois há de ver, está bem? Está aqui o valor que gastámos, 70,5% que correspondem a 46.235.000,00€ (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil euros) e está aquilo que há pouco acabei de dizer. Está nas páginas 30 e 31, funções sociais, no relatório de gestão.

Não tendo havido mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 18 da CDU e 1 do AC, 14 votos contra, 9 do PS e 5 do PSD/CDS, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

4. Deliberação n.º 90/15 – Proposta n.º 24/2015 – DAFRH/DIGEF – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal para o ano de 2015

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberaram dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, 2 abstenções do PS e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 18 da CDU e 1 do AC, 5 votos contra do PSD/CDS e 11 abstenções, 9 do PS e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

5. Deliberação n.º 91/15 – Proposta n.º 25/2015 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência de área do domínio público municipal, à Junta de Freguesia de São Sebastião, para instalação e exploração de quiosque no Jardim de Monte Belo, Freguesia de São Sebastião

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberaram dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberaram dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

6. Deliberação n.º 100/15 – Proposta n.º 22/2015 – DAFRH-DIRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 64.º, n.º 2, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 30.º, n.ºs 4 a 6, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberaram dar parecer favorável, com 7 votos a favor da CDU, AC, PS e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 do AC, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de abril, de dois mil e quinze.

O Presidente da Mesa

Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa, em substituição,

Alberto Manuel Sousa Pereira

A Segunda Secretária

Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por:
Helena Rosa e Vitor Marcos

Verificada por:
Ana Cristina Claro